



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2012

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO – BTR

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes: Deputados Duarte Bechir, Fred Costa, João Vítor Xavier, Rômulo Viegas e Deputada Luzia Ferreira

BLOCO AVANÇA MINAS – BAM

Líder: Deputado Tiago Ulisses
Vice-Líderes: Deputados Duílio de Castro, Hely Tarquínio, Rômulo Veneroso

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT

Líder: Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes: Deputada Maria Tereza Lara e Deputados Paulo Lamac e Ulysses Gomes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes:

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT

Líder: Deputado Sargento Rodrigues
Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Pompílio Canavez

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Bonifácio Mourão
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Leonardo Moreira, Luiz Henrique e Neider Moreira

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Lafayette de Andrada
Deputado Neider Moreira

BAM Presidente
BAM Vice-Presidente
BTR
BTR

Deputado Fred Costa	BTR
Deputado Rogério Correia	PT
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antonio Carlos Arantes	BAM
Deputado Hely Tarquínio	BAM
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado Bruno Siqueira	PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	PT	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	PT	Vice-Presidente
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	PT
Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado Hélio Gomes	BTR
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BAM	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neider Moreira	BTR
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BAM
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	



Deputado Tenente Lúcio PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes PT
Deputado Neilando Pimenta BTR
Deputado Luiz Henrique BTR
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista BTR Presidente
Deputado Sargento Rodrigues PDT Vice-Presidente
Deputada BTR
Deputado Marques Abreu BTR
Deputado Elismar Prado PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes BTR
Deputado Carlos Pimenta PDT
Deputado Fabiano Tolentino BTR
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputada Maria Tereza Lara PT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros BAM Presidente
Deputada Liza Prado BAM Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro BAM
Deputado Carlos Henrique PRB
Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio BAM
Deputada Rosângela Reis BAM
Deputado Antônio Lerin BAM
Deputado Vanderlei Miranda PMDB
Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo PT Presidente
Deputado Paulo Lamac PT Vice-Presidente
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Duarte Bechir BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Pompílio Canavez PT
Deputado Carlos Pimenta PDT
Deputado Célio Moreira BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	PT	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR	
Deputado Bruno Siqueira	PMDB	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado André Quintão	PT	
Deputado Carlos Pimenta	PDT	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Doutor Viana	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	BTR	
Deputado Romel Anísio	BAM	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputada Delvito Alves	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Juninho Araújo	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Doutor Viana	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	
Deputado Romel Anísio	BAM	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duílio de Castro	BAM	
---------------------------	-----	--



Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Doutor Viana	BAM
Deputado Antônio Lerin	BAM
Deputado Rogério Correia	PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM
Deputada Lafayette Andrada	BTR
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Gilberto Abramo	PRB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado João Leite	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Antônio Júlio	PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	BAM	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Glaycon Franco	BTR
Deputado Doutor Viana	BAM
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Almir Paraca	PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR
Deputado Durval Ângelo	PT
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT	
Deputado Juninho Araujo	BTR	
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	PRB	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	
Deputado Fábio Cherem	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BTR	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Viana	BAM	Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Hely Tarquínio	BAM	



Deputado Romel Anízio BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputado Fabiano Tolentino	BTR
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR
Deputado Antônio Júlio	PMDB
Deputado Rogério Correia	PT
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM
Deputado Rômulo Veneroso	BAM

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

1 - MATÉRIA VOTADA

1.1 - Plenário

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2012

Foi aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.782/2011, do Deputado Gilberto Abramo.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera dispositivos da Lei nº 11.963, de 30/10/95. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 17.701, de 4/8/2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.961/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 568/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocos do Moji o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.561/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goiabeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.056/2011, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pocrane os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.169/2011, do Deputado Paulo Lamac, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coimbra o trecho que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.196/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Tomás de Aquino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.729/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bicas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.730/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piracema o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.731/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.856/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.907/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 367/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que cria para o fornecedor de produtos e serviços de consumo a obrigação de fixar data e hora para sua entrega e instalação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 625/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 941/2011, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a afixação de cartazes informativos em postos de combustíveis e restaurantes localizados às margens de rodovias estaduais alertando motoristas de caminhão sobre os riscos de dirigirem sob efeito de álcool, drogas ou medicamentos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.169/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe as instituições de ensino superior de efetuarem qualquer tipo de cobrança para emissão de diploma de conclusão de curso. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.781/2012, do Governador do Estado, que institui o Fundo Estadual de Café – Fecafé. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 8 a 14, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 11 e 12, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.033/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itacambira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.034/2012, do Deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capim Branco o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.058/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão do Monte Alto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Busca de informações sobre as denúncias de intoxicação apresentadas pelos funcionários da extinta Superintendência de Combate à Malária - Sucam -, órgão ligado à Funasa e ao Ministério da Saúde, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições Oda Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos n°s 3.186/2012, do Deputado Luiz Henrique; 3.199 e 3.201/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.205/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 2.994 e 3.059/2012, do Governador do Estado.

Requerimentos n°s 3.159 a 3.161/2012, do Deputado Almir Paraca; 3.165/2012, do Deputado Bosco; e 3.200/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 6/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem n° 229/2012, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 1.250/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.702/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.745/2011 e 2.996 e 3.086/2012, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n° 1.164/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento n° 3.167/2012, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 6/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.203/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 6/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.917/2011, do Deputado Almir Paraca; 2.527/2011, do Deputado Carlin Moura; 2.569/2011, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.722/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.766/2011, do Deputado André Quintão; 2.911/2012, do Deputado Bosco; e 3.115/2012, do Deputado Gustavo Corrêa.

Requerimentos nºs 3.020, 3.022 e 3.023/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 3.054 e 3.061/2012, da Comissão de Participação Popular; 3.084 e 3.145/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 3.184/2012, do Deputado Gustavo Valadares; e 3.206/2012, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 6/6/2012, destinada a homenagear a Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo, de Campo Belo, pelo centenário de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 5 de junho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Juninho Araújo, Pompílio Canavez e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/6/2012, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2012.

Rosângela Reis, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/6/2012, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

João Leite, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.917/2011****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do Deputado Almir Paraca, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, com sede no Município de Abaeté.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.917/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, com sede nesse Município, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter cultural, educacional, social e assistencial.

Com o propósito de preservar o patrimônio cultural, histórico, artístico e ambiental da localidade, a instituição promove a pesquisa e a divulgação de conhecimentos relativos à cultura da comunidade por meio de oficinas, registro de memória oral, tradições, lendas, folclore, artesanato e saber popular; resgata os aspectos históricos, culturais, científicos e sociais da diversidade cultural brasileira; apoia a valorização de bens culturais e do patrimônio material e imaterial; fomenta a revitalização das tradições; incentiva o turismo como meio de geração de renda, emprego e do desenvolvimento sustentável; oferece cursos de capacitação, contribuindo para a inserção de camadas populares na cadeia produtiva.

Além disso, a Associação presta assistência social e luta por uma política habitacional participativa e inclusiva para a construção de unidades de habitação popular.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.917/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Elismar Prado, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.569/2011**Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do Deputado Rômulo Veneroso, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Núcleo Artístico e Cultural de Minas Gerais, com sede no Município de Juatuba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.569/2011 pretende declarar de utilidade pública o Núcleo Artístico e Cultural de Minas Gerais, com sede no Município de Juatuba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo promover o conagraçamento da comunidade por meio da prática de atividades culturais e esportivas.

Com esse propósito, a instituição pesquisa e divulga as manifestações culturais da região; incentiva a preservação do folclore; apoia a conservação da memória local; incentiva a atividade artesanal.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Núcleo Artístico e Cultural de Minas Gerais para a comunidade de Juatuba, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.569/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Elismar Prado, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.722/2011****Comissão de Cultura
Relatório**

De autoria do Deputado Anselmo José Domingos, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fraternidade Espírita Nosso Pequeno Lar, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.722/2011 pretende declarar de utilidade pública a Fraternidade Espírita Nosso Pequeno Lar, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, educacional, cultural, assistencial, científico e filosófico.

A instituição tem como propósito promover a prática da caridade moral e material; realizar a assistência e a promoção social; manter creches, escolas, asilos e outros estabelecimentos com o propósito de amparar pessoas em situação de vulnerabilidade.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Fraternidade Espírita Nosso Pequeno Lar, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.722/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Elismar Prado, relator

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.911/2012**Comissão de Cultura
Relatório**

De autoria do Deputado Bosco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento e Intercâmbio Cultural Indígena de Araxá – Andaiá –, com sede no Município de Araxá.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.911/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento e Intercâmbio Cultural Indígena de Araxá – Andaiá –, com sede no Município de Araxá, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a conservação da tradição indígena da região e o intercâmbio com etnias indígenas nacionais por meio de manifestações culturais.

Com esse propósito, a instituição promove o resgate humano, cultural e artístico da cultura indígena; incentiva o turismo indígena; zela pelo respeito à ecologia e pela conservação do meio ambiente; divulga os costumes e as tradições indígenas por meio da música, da dança, da língua e do artesanato; fomenta o trabalho de mutirão e o aprendizado dos diversos segmentos da cultura indígena; mantém biblioteca e arquivo de interesse da comunidade.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como objetivo adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Andaiá, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.911/2012, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Elismar Prado, relator

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.108/2012**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Relatório**

De autoria do Deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação CãoPartilha a Solidariedade pelos Animais, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.108/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação CãoPartilhe a Solidariedade pelos Animais, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a defesa dos animais.

Com esse propósito, a instituição defende os animais contra maus-tratos e abandono; promove campanhas de conscientização da comunidade sobre o respeito à fauna; resgata animais abandonados e lhes oferece assistência veterinária e abrigo provisório; incentiva a adoção de animais por meio de termo de compromisso; colabora com a preservação da saúde pública.

Tendo em vista o importante trabalho desenvolvido pela Associação CãoPartilhe a Solidariedade pelos Animais, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.108/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Sávio Souza Cruz, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.115/2012

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Corrêa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Carreiros e Candeeiros do Vale do Urucuia – Ascavau –, com sede no Município de Buritis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.115/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Carreiros e Candeeiros do Vale do Urucuia – Ascavau –, com sede no Município de Buritis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a preservação da tradição do uso do carro de boi e a defesa dos interesses dos carreiros, dos candeeiros e dos construtores desse meio de transporte.

Com esse propósito, a instituição mantém a tradição na lida com o carro de boi, incentivando a preservação de seus usos e costumes; realiza festas e eventos tradicionais tendo o carro de boi como objeto principal; desenvolve a cultura e o turismo por meio dessas festividades; guarda em acervo apropriado as técnicas de confecção do carro de boi, seus acessórios e arreatas, assim como a técnica de doma do boi; orienta a comercialização de animais, carros, acessórios e arreatas.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Ascavau pela preservação da cultura da região de Buritis, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.115/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Elismar Prado, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 439/2011

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o Projeto de Lei nº 439/2011, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.824/2010, dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, por via de cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Foram anexados à proposição os Projetos de Lei nºs 557, 1.396/2011 e 3.027/2012, nos termos do disposto no § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe agora a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da matéria, consoante o art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.



Fundamentação

A proposição em análise tem por objetivo coibir os casos de acionamento indevido dos serviços telefônicos de emergência, tais como resgate, ocorrência policial ou incêndio, bem como assegurar que o responsável por tais eventos cubra as despesas geradas por seu procedimento.

Conforme o texto original do projeto, quem ocasionar chamada indevida deverá ressarcir aos cofres públicos o prejuízo gerado, garantidos o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo administrativo. Caberá aos responsáveis pela prestação de serviço envolvida divulgar tabela de custos, a qual servirá de base de cálculo para a cobrança devida.

Os projetos anexados possuem teor praticamente idêntico ao da proposição original, sendo despidos de inovação significativa. O substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça racionaliza os termos da proposição, mantendo sua estrutura básica e remetendo detalhes ao regulamento.

As ligações indevidas para os serviços de emergência são, efetivamente, um problema sério, porque não apenas geram uma despesa desnecessária, mas sobretudo atrapalham o bom desempenho desses serviços. Observe-se, por exemplo, o caso do telefone de número 190, destinado a ocorrências policiais. De cada 15 mil telefonemas recebidos diariamente, cerca de 3 mil são trotes. Há, portanto, espaço para a ação legislativa, uma vez que resta constatada a necessidade social da medida jurídica proposta.

O projeto de lei em epígrafe vai ao encontro de tendência legiferante verificada em outros Estados da Federação, entre os quais São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Nesses Estados, há previsão de multa para o cidadão que usar indevidamente os serviços telefônicos de emergência. Como se trata de legislação recente, seus efeitos concretos ainda estão sendo avaliados, contudo se estima que já estejam ocasionando alguma mudança de comportamento entre os usuários dos serviços.

Destaque-se que, aliadas à legislação repressiva, a orientação ao cidadão e a divulgação dos malefícios do trote nesses serviços também cumprem papel estratégico. No Estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, registrou-se, como fruto de providências dessa natureza, uma queda no número de trotes, entre 2009 e 2011, de 16% para 12% do total de chamadas. Em nosso Estado, pode-se assinalar campanha desenvolvida pela Polícia Militar, a partir deste ano, com o tema “sem trote você pode salvar uma vida”, que conta com “slogans” diretos, como “trote é crime” e “trote, tô fora”.

A proposição reveste-se, portanto, de impacto social, e os termos em que está redigida, especialmente no Substitutivo nº 1, são adequados aos fins a que se destina, o que a torna merecedora de aprovação. Consideramos, todavia, conveniente dotar o art. 2º de mais detalhes, nos moldes do texto original da proposição, bem como estabelecer, adicionalmente, multa sancionatória incidente sobre os titulares das linhas telefônicas de origem das chamadas indevidas. Por isso, apresentamos as Emendas nºs 1 e 2 para aprimoramento do projeto de lei.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 439/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentamos a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 2º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

“Art. 2º – Os órgãos e entidades públicos responsáveis pelos serviços de emergência a que se refere o art. 1º divulgarão tabela de custos e providenciarão junto às operadoras dos serviços de telefonia meios para identificação do responsável pelo acionamento indevido e posterior cobrança do ressarcimento de despesas previsto nesta lei.

§ 1º – A tabela mencionada no “caput” abrangerá, separadamente, cada etapa das rotinas relacionadas ao atendimento das emergências, incluindo os custos de recepção e triagem das chamadas e de deslocamento das equipes.

§ 2º – A cobrança a que se refere o “caput” ocorrerá, sempre que possível, nas faturas de serviços das linhas fixas e móveis utilizadas para o acionamento indevido.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

Art. ... – Incidirá sobre o titular da linha telefônica que originar o acionamento indevido previsto no art. 1º multa de até 5.000 Ufems (cinco mil unidades fiscais do Estado de Minas Gerais).

Parágrafo único – Os critérios de gradação, fixação e cobrança da multa prevista neste artigo serão fixados no regulamento.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Maria Tereza Lara, Presidente - Sargento Rodrigues, relator - Dalmo Ribeiro Silva - Célio Moreira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.135/2011

Comissão de Administração Pública

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.135/2011, de autoria do Deputado Leonardo Moreira, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.794/2008, “acrescenta artigos à Lei nº 13.166, de 20 de janeiro de 1999”.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 15/4/2011, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.



Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer sobre o mérito, na forma do art. 188, combinado com art. 102, I, “e”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Define a proposta em epígrafe que o perito judicial nomeado nas condições descritas no art. 1º da Lei nº 13.166, de 20/1/99, terá direito ao pagamento de honorários pelo Estado, os quais serão fixados na forma de regulamento, bem como a ser previamente indenizado pelas diligências realizadas em feitos amparados pela justiça gratuita.

A referida Lei nº 13.166, de 1999, dispõe sobre o pagamento pelo Estado de honorários a advogado não Defensor Público, nomeado para defender réu pobre. A intenção agora é estender o direito de ser pago pelo Estado ao perito judicial nomeado pelo Juiz.

Segundo demonstrou a Comissão de Constituição e Justiça no seu parecer para o 1º turno, a Constituição da República confere competência ao Estado para, em caráter supletivo, tratar da matéria. Além disso, a Lei Maior impõe ao poder público o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, de modo a recepcionar a Lei Federal nº 1.060, de 1950, segundo a qual a assistência judiciária compreenderá, entre outras isenções, os honorários de advogados e peritos.

Também demonstrou a citada Comissão que a proposta em epígrafe encontra firme apoio na jurisprudência nacional, mencionando vários julgados nesse sentido.

Aquele que deu causa à propositura da demanda ou à instauração do incidente processual deve responder pelas despesas daí decorrentes. A parte vencida é responsável por todas as despesas realizadas no processo, incluídos os honorários do perito. Cada parte arca com as despesas do respectivo assistente técnico, e a parte solicitante, com a remuneração do perito judicial, ficando essa despesa a cargo do autor, quando a perícia judicial for requerida por ambas as partes ou determinada pelo Juiz. Ao final, o vencido ressarcirá as despesas realizadas pela parte vencedora, entre elas as com perito judicial e assistente técnico. Se o réu for pobre, não terá como arcar com os honorários periciais se for vencido na demanda. Aliás, não tem nem mesmo como antecipar despesas, que, ao final, serão ressarcidas pelo vencido, caso seja ele o vencedor.

Tal situação mostra quão justa é a proposta em estudo, que deve merecer, com efeito, o acatamento desta Comissão.

Por fim, cumpre acrescentar que, por sugestão do autor, Deputado Leonardo Moreira, apresentamos substitutivo no intuito de aprimorar o projeto de lei.

Conclusão

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.135/2011 na forma do Substitutivo nº 2, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Altera a Lei nº 13.166, de 20 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o pagamento pelo Estado de honorários a advogado não Defensor Público, nomeado para defender réu pobre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A Lei nº 13.166, de 20 de janeiro de 1999, fica acrescida do seguinte art.1º A :

“Art. 1º-A – O perito judicial, nomeado para atuação nos feitos amparados pela justiça gratuita, também fará jus ao pagamento de honorários pelo Estado.

§ 1º – Os honorários serão fixados pelo Juiz, observados os limites fixados em regulamento da Corregedoria-Geral de Justiça.

§ 2º – O regulamento de que trata o § 1º poderá prever indenização pelas diligências e despesas necessárias ao trabalho pericial.

§ 3º – Entregue o laudo e prestados os esclarecimentos solicitados pelas partes e pelo Ministério Público, o Juiz determinará a expedição de certidão dos honorários, a fim de que seja realizado o pagamento pelo Estado, na forma do art. 10.

§ 4º – Não se aplica o disposto neste artigo quando a perícia for requerida pela parte que não estiver amparada pela justiça gratuita.

§ 5º – Se a parte sucumbente não estiver amparada pela gratuidade de justiça, os honorários periciais serão dela cobrados quando do cálculo das custas finais e recolhidos ao Estado.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Délio Malheiros, Presidente - Fred Costa, relator - Lafayette de Andrada - Ivair Nogueira.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 30/5/2012

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Sr. Presidente. Saúdo V. Exa., assim como os Deputados Carlos Mosconi, Rômulo Viegas e Jayro Lessa, que compõem essa magnífica Mesa. Cumprimento ainda todos os Deputados e Deputadas, como a querida Deputada Liza Prado. Caríssimos amigos da TV Assembleia que nos acompanham, Sr. Presidente, nesta tarde, vários assuntos são oportunos para abordarmos nesta tribuna. Falarei primeiramente de um evento que ocorreu, na sexta-feira passada, quando estivemos no Município Tocos do Moji, acompanhando o Secretário Carlos Melles e o Deputado Federal Bilac Pinto.

O Secretário, em nome do governo, deu a ordem de serviço para o reinício das obras do Processo que, somente no Sul de Minas, ainda se encontravam paralisadas, não por causa do governo, pelo contrário, o dinheiro já está na caixa há muito tempo. Dois trechos contavam com somente uma concessionária para construção. Como tivemos problemas com a pavimentadora, lamentavelmente o governo teve de buscar juridicamente, judicialmente, a retomada e o reinício das atividades desses dois trechos, que ligam os



Municípios Tocos do Moji e Borda da Mata. E, mais adiante, tivemos também uma ordem de serviço em Albertina e Jacutinga. Esses são os dois últimos trechos do Processo. Logo teremos o Caminhos de Minas, que aprovamos ontem e sobre o qual quero falar daqui a pouquinho. Esse momento foi muito importante, e quero destacar a participação do Prefeito Antônio do Rosário e de todos os Vereadores que lutaram muito por isso. Particularmente, pudemos acompanhar, incansavelmente, o interesse dos Municípios do Sul de Minas em ver suas obras concluídas, incluindo as cidades Jacutinga e Albertina. Grande parte dessas obras já foram executadas e as de arte também já estão preparadas.

Quero saudar a Prefeita Noemi, os Vereadores e a Prefeita Marilza Roberto, do Espírito Santo do Pinhal, que lá esteve conosco. Quero ainda manifestar a nossa imensa satisfação, conforme anúncio do Dr. Carlos Melles, por sabermos que Jacutinga está pronta para iniciar a licitação da obra da estrada que liga essa cidade a Espírito Santo do Pinhal. É um trecho de 6km, cuja obra foi iniciada há muito tempo e agora, por determinação do nosso Governador, haverá asfaltamento até o Estado de São Paulo. São ações importantes, e conhecemos a seriedade do governo Anastasia, que quando executa obra é porque existe dinheiro no caixa. E as obras que pararam não foi em decorrência do governo. O governo foi muito criticado, mas, com certeza, houve dificuldade com a própria construtora, cujas contas foram bloqueadas, o que trouxe sérios prejuízos aos Municípios. Retornado todo esse processo, temos a satisfação de agradecer, mais uma vez, ao nosso Governador Anastasia o cumprimento da palavra empenhada, conforme fizemos nos dois Municípios, onde estivemos acompanhados dos Secretários de Estado.

Nos dois últimos trechos do Processo, justamente no Sul de Minas, acontecerá, muito em breve, a importante inauguração dessas duas estradas, tão sonhadas e fundamentais para o nosso desenvolvimento, para a escoação dos nossos produtos agrícolas e pelo aspecto político. Devo dizer ainda, caríssimo Deputado João Leite - vou-lhe conceder a palavra em breve - que inauguramos oficialmente a abertura da Festmalhas. Jacutinga está em festa com a 35ª edição da Festmalhas. Mais 100 mil visitantes passarão pelo nosso Sul de Minas, pela minha querida Ouro Fino, Monte Sião, Jacutinga, enfim, por todo o eixo do circuito das malhas. Nesse início de inverno, lá no nosso Sul de Minas, o pessoal de Belo Horizonte e de São Paulo visitou as nossas feiras, onde há estandes de aproximadamente 80 expositores, como do Sebrae, do Senai e da Fiemg, girando negócios. O governo do Estado também esteve muito presente no grande evento da nossa região Sul mineira.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, Líder, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. V. Exa. traz notícias auspiciosas do Sul de Minas e da nossa querida Jacutinga, cidade jardim e cidade maravilhosa. Agora criaram esses acessos que facilitarão, sem dúvida, a mobilidade pelo nosso Sul de Minas.

Deputado, concordo com V. Exa., pois essa é a Minas real, que não para, do governo Aécio, do governo Anastasia e que investe em infraestrutura, apesar de zero de qualquer investimento federal. Minas Gerais cresce com suas próprias forças. O Sul de Minas é muito bem representado por Jacutinga e Monte Sião. Aproveito para saudar meu querido amigo e companheiro na seleção brasileira, Oscar, grande líder na nossa Monte Sião. Devo-lhe uma visita no seu hotel. Ele está sempre me cobrando.

Vemos que o governo, por meio do Processo, está fazendo muito bem ao nosso Estado. Agora, com o apoio de V. Exa., temos o Caminhos de Minas. Continuamos não entendendo como houve votos contrários à abertura de estradas, Deputado Mosconi. Alguns Deputados votaram contra o projeto. Se fôssemos nós, logo apareceriam cartazes com o nosso rosto por toda Minas Gerais dizendo: "Inimigos do povo. Não quiseram abrir estradas". Nós não agimos assim, não é? Não mostraremos o rosto de quem votou contra Minas Gerais, não apoiou o Caminhos de Minas.

Finalizando, gostaria de registrar que está conosco o coordenador do núcleo de engenharia do PSDB, Eng. Humberto Falcão, convidando-nos para a palestra de engenharia pública que o Dr. Reinaldo Alves Costa fará, na segunda-feira, dia 4 de junho, às 19 horas, na sede do partido. É o PSDB avançando, é o seu núcleo de engenharia discutindo temas importantes. O nosso coordenador é engenheiro agrônomo, mas teremos engenheiros civis nesse encontro. Parabéns! Grande vitória para Jacutinga, grande vitória para o Sul de Minas, juntamente com o Governador Anastasia e o nosso grande líder e mais querido, Senador Aécio Neves.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado João Leite. Daqui a pouco concederei a palavra ao caríssimo Dr. Mosconi, estimado Deputado da nossa região.

V. Exa. falou da nossa alegria, da nossa ressaca de sucesso para o desenvolvimento. Agora há pouco, contabilizamos 80 "e-mails" de Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Câmaras, entidades civis e religiosas do Sul de Minas, cumprimentando a Assembleia pela aprovação dos projetos. Eles acompanharam atentamente os trabalhos e sabem que estamos na rota do desenvolvimento, garantindo eixos que nunca foram pensados. Agora, com o projeto sério do Prof. Anastasia, em breve teremos o asfaltamento de Consolação a Cambuí, Bueno Brandão ao Estado de São Paulo, Bom Repouso a Munhoz, além de outros já enumerados no Caminhos de Minas. A nossa querida Andradas também será beneficiada. Não somente o Sul de Minas está em festa, mas toda Minas Gerais. São mais de 7.000km. É a rota do desenvolvimento, a rota da tranquilidade, das famílias e dos Municípios garantindo emprego e renda. Tenho a certeza absoluta de que todas as cidades que fazem parte da relação do Caminho de Minas, elaborada pelo DER, pelo Deop, pelo Setop, pelo Governador, estão festejando, porque temos dinheiro para executar as obras. E de fato serão executadas. Sabemos da seriedade do nosso Governador. Quando ele se manifesta, as obras são iniciadas e concluídas e as comunidades são beneficiadas. Estamos aguardando o início de várias obras que já têm projetos prontos, esperando apenas a ordem de serviço. Para tanto, estávamos aguardando o dia de ontem. Hoje, temos tranquilidade e seriedade, com o restabelecimento de Minas Gerais, seu trabalho e sucesso. Ouço, com muito prazer, o Deputado Carlos Mosconi.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero cumprimentá-lo pelas notícias boas que V. Exa. traz a esta Casa, mas principalmente pelo trabalho que faz como Deputado, representando a nossa região Sul de Minas na Assembleia Legislativa. V. Exa. enumerou algumas obras que estão se reiniciando lá. Citou as cidades de Tocos do Moji, Bueno Brandão, Jacutinga, Albertina e o trecho de Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal, no Estado de São Paulo. V. Exa. sabe que essas rodovias são de vital importância para essas cidades. Os trechos não são tão extensos, mas fazem diferença enorme para quem vive ali. O ex-Governador Aécio Neves e o Governador Anastasia tiveram essa visão e sensibilidade para levar o asfalto a esses lugares. Trata-se de um benefício que, na realidade, é uma enorme necessidade desses Municípios.



Fiquei muito feliz hoje, meu caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, com a votação que tivemos nesses dias mostrando a credibilidade do governo não só junto a nós aqui, que lhe demos uma vitória esmagadora, mas também junto à equipe econômica em Brasília, ao governo federal. O governo de Minas é um governo adimplente, um governo sério, um governo correto, que paga uma dívida gigantesca, mas paga em dia, paga corretamente e negocia para poder melhorar a condição de pagamento dessa dívida. Na verdade, Minas paga a dívida dentro dos preceitos atuais, que são muito cruéis para com o Estado. Minas Gerais cumpre a sua obrigação e o seu dever.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, apenas gostaria de manifestar esta minha satisfação como Deputado da região e o reconhecimento pelo seu trabalho. Acho que tudo isso que aconteceu e foi citado por V. Exa. tem muito a ver com o seu empenho para que esses trechos fossem executados o mais rápido possível. Vou com muita frequência a Albertina e sei da necessidade e do interesse do povo para que essa estrada seja asfaltada. O interesse é da região inteira. Um pequeno trecho de 6km, como V. Exa. citou, de Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal.

Ficamos agora no aguardo de que o contorno de Andradadas, que está dentro desse pacote, o asfaltamento dessa cidade e de Albertina, que V. Exa. conhece tão bem, tendo se empenhado muito para que fosse feito, como também a duplicação da chegada a Andradadas pelo Estado de São Paulo seja realizado o mais rápido possível.

Parabéns pelo seu trabalho, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Carlos Mosconi. Também quero parabenizá-lo pelo trabalho extraordinário e dedicado em relação à Caravana da Saúde.

Como médico e filho de um médico exemplar do Sul de Minas - todos têm grande saudade do Dr. Alcides Mosconi -, V. Exa. está prestando um dos mais importantes e significativos serviços ao Brasil. V. Exa., como idealizador da Caravana da Saúde, assumiu esse grande desafio, e temos acompanhado a credibilidade que tem auferido nas mais variadas localidades, regiões, em toda Minas Gerais e no Brasil. Peço a Deus que encaminhe essa Caravana da Saúde liderada por V. Exa.

Sr. Presidente, peço-lhe mais um minuto, pois quero ouvir também o caríssimo Deputado Delvito Alves.

O Deputado Delvito Alves (em aparte)* - Quero parabenizar o Deputado Dalmo Ribeiro Silva pelo extraordinário pronunciamento nesta tarde relativo aos projetos aprovados na parte da manhã nesta Casa Legislativa. Os projetos foram de extrema importância, sobretudo para as regiões que mais necessitam de implantações, de infraestruturas e de crescimento. Quero adiantar a V. Exa., Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que a nossa região Noroeste já foi contemplada pelo programa Processo em mais de 800km e hoje, com o Caminhos de Minas, será contemplada com mais quatro trechos: um trecho que liga a BR-251, próximo a Brasília, ao Distrito Federal; a BR-040, próximo à cidade de Paracatu; um trecho que liga o Distrito de Guarapuava a Cabeceiras, de Goiás; e o anel rodoviário em nossa cidade de Unai, com a construção de uma segunda ponte. Portanto, esse projeto é muito importante, sobretudo para as regiões que necessitam dessas infraestruturas.

Hoje presenciamos, na parte da manhã, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, várias críticas totalmente descabidas, uma vez que todos os Deputados que criticavam esses empréstimos vivem em Municípios que não dependem mais de obras de infraestrutura de tamanha importância como as relacionadas aos empréstimos aprovados hoje por esta Casa Legislativa. Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por esta oportunidade.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Deputado Delvito Alves. Agradeço a V. Exa. a paciência, Deputado Rômulo Viegas. Até a próxima vez, quando boas notícias serão trazidas para a nossa Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Luzia Ferreira - Deputada Liza Prado, Presidente desta reunião, é um prazer ter uma mulher nesta tarde na Mesa da Assembleia Legislativa. Cumprimento todas as Deputadas e todos os Deputados aqui presentes.

Primeiramente, quero fazer um registro: dia 18 deste mês se comemorou o Dia Nacional de Combate à Violência Infantojuvenil. Tristemente, temos assistido diariamente, em nosso país, a denúncias de maus-tratos, violência física e sexual, abandono e negligência. Infelizmente, a violência sexual dentro do lar é o segundo motivo de denúncias nos órgãos responsáveis pela proteção à criança e ao adolescente.

Fruto do combate feito pelas entidades e pelos movimentos sociais e religiosos e em razão da sensibilidade das estruturas dos órgãos públicos, seja no plano municipal, seja no estadual, seja no federal, tendo, em especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente como marco que vigora há alguns anos em nosso país, o Estado é hoje um espaço fundamental de proteção, de recebimento de denúncias, de apuração dessas atrocidades e de punição dos culpados. A nossa consciência de cidadania e nossa consciência democrática clamam, cada vez mais, por proteção para as crianças e para os adolescentes. Essa proteção está inscrita na Constituição como prioridade absoluta do Estado brasileiro. Então, essa questão tem de se afirmar no combate à violência, na proteção à integridade física e psicológica e na punição dos culpados.

Registro aqui essa data, porque temos assistido, se não a um aumento dessa violência, pelo menos a um aumento das denúncias, o que é diferente, porque, muitas vezes, a violência ficava escondida dentro das casas, às vezes acobertada pela própria família em função de uma lógica absurda de que, ao denunciar, o agressor estaria sendo exposto. Muitas vezes, o agressor era uma pessoa muito próxima da criança - o pai, o padrasto, o irmão mais velho, o tio, o avô, um vizinho muito próximo - e a família ficava envergonhada de fazer a denúncia.

Queremos aqui, nesta data, valorizar a Assembleia Legislativa, que todo ano reforça, no orçamento, recursos para os órgãos do Estado que cuidam da proteção à criança e ao adolescente. Queremos trazer a necessidade de uma reflexão, a fim de melhorarmos as políticas sociais, a qualidade de vida da população, enfim, para darmos um passo importante em prol do cuidado e da proteção às nossas crianças.

Quero dizer, aliás, que apresentei nesta Casa um requerimento para criar a frente parlamentar em defesa da adoção, que é um movimento nacional, para acolher a criança que, muitas vezes, tem de ser retirada dos seus pais por abandono, negligência e maus-

tratos. Vimos que é um problema fácil de ser resolvido, desde que diminuamos a burocracia para pais que querem adotar uma criança e até criemos incentivo para os pais que acolhem essa criança num lar, dando-lhe carinho.

Além da frente, apresentei também um projeto de lei criando um incentivo financeiro, para famílias que adotarem crianças fora da faixa etária mais procurada, a de até 3 anos, para a qual há grande procura e demanda. O que vemos é que, nos abrigos que acolhem as crianças, o número de crianças com mais de 3 anos de idade é bem maior. Então, esse projeto de lei está tramitando, espero ter o apoio de todos os meus pares. A criança precisa estar bem-acolhida num lar para ter condições de convivência, reestruturar-se emocional e afetivamente. Quem adota está adotando por escolha, portanto, com certeza cuidará bem, com carinho dessa criança. Assim, esse projeto de lei está tramitando nesta Casa.

Lançaremos essa frente ainda no mês de junho. Estamos aguardando a confirmação do Senador Aécio Neves, que, no Senado, faz parte da frente parlamentar em defesa da adoção, junto com outros Senadores. Como Senador, já tem várias iniciativas, até leis, para ampliar o processo de adoção. Estamos apenas aguardando a confirmação de uma data para fazermos, conjuntamente, esse lançamento.

Então, queria, neste mês em que nacionalmente definimos o dia 18 de maio como o Dia de Proteção à Criança, fazer esse registro de minha ação como Deputada para também ampliar a proteção à criança do nosso Estado.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, Deputada Luzia Ferreira. Parabeno-a pelo pronunciamento, por sua luta. Temos na tribuna uma mulher guerreira, trabalhadora, que admiramos: Luzia Ferreira; da mesma forma, ocupando interinamente a Presidência, temos a Deputada Liza Prado. Parabéns a todas as mulheres. Ambas têm uma luta importante em defesa dos direitos da criança, do adolescente, contra a violência cometida contra a mulher e a violência doméstica. Todas essas lutas são justas e merecem o apoio de todos nós. São problemas de toda a sociedade.

Aproveito esta oportunidade, Deputada Luzia Ferreira, para justificar a minha ausência no Plenário. Estive ontem em Uberlândia representando a Assembleia Legislativa de Minas, como Presidente da Comissão de Cultura. Da mesma forma, a Deputada Luzia Ferreira, Vice-Presidente da nossa comissão, esteve em Poços de Caldas em audiência pública. Na audiência pública de Uberlândia, contamos com a presença dos Deputados Federais Weliton Prado e Gilmar Machado, do Reitor da Universidade Federal de Uberlândia – UFU -, Alfredo Júlio, do Vice-Reitor, Darizon, e do Secretário Nacional de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti. Estive lá discutindo sobre um grande centro cultural a ser construído utilizando-se o prédio da antiga reitoria. Foram apresentados os projetos relativos a esse centro. No mesmo dia, foi apresentado o conceito de edificação do novo câmpus Glória da UFU, que abrigará mais de 30 mil estudantes.

Parabenizo o trabalho fantástico do Prof. Élisson Prieto e de toda equipe que trabalhou nesse projeto, que segue os moldes e o conceito da sustentabilidade. Esse projeto, que é fantástico, foi apresentado no Canadá. Na oportunidade, parabenizamos o Deputado Weliton Prado, que aprovou recursos, por exemplo, para o sinal de internet gratuito para todos os câmpus da UFU, tanto o câmpus Santa Mônica como o Umarama, o novo câmpus Glória, os câmpus da escola em Monte Carmelo, Ituiutaba e Patos de Minas.

Nesses câmpus, toda a comunidade acadêmica receberá gratuitamente o sinal de internet, o que será uma grande conquista, possibilitada pelos R\$1.500.000,00 de emendas parlamentares do Deputado Weliton Prado. Esse Deputado também viabilizou, em trabalho conjunto conosco, o recurso para a construção do viaduto que vai garantir o acesso ao novo câmpus Glória. A UFU está recebendo também R\$500.000,00 pelo projeto de viabilidade técnica do veículo leve sobre trilhos – VLT. Será feito um estudo técnico pela UFU, para que futuramente Uberlândia tenha o VLT, que ajudará muito a melhorar o trânsito.

Portanto, quero parabenizar toda aquela comunidade, especialmente o Reitor Alfredo, o Darizon, os alunos e o DCE, de que fui membro. Aliás, ex-aluno dos cursos de Música e de Ciências Sociais, fui membro não só do Diretório Central dos Estudantes da UFU, mas também da UNE - fiz parte daquela gestão.

Também discutimos ali o Fundo Nacional de Cultura, o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura. Sérgio Mamberti, Secretário de Políticas Culturais, que é o responsável por essas questões, também tocou no assunto da Lei nº 11.769, tema de audiências que estamos realizando em todo o Estado e que trata da obrigatoriedade do ensino de música na escola. Aliás, foi assinado um termo de compromisso com os Ministérios da Cultura e da Educação para que ajudem Minas Gerais a cumprir essa lei da obrigatoriedade do ensino de música nas escolas, de nossa iniciativa. Ao final dessa audiência, que, com 5 mil pessoas, foi a maior que realizamos, tivemos nada mais, nada menos do que um “show” gratuito do grande Milton Nascimento, comemorando seus 50 anos de carreira e encerrando os nossos trabalhos.

Por fim, parabenizo a minha universidade, a UFU, e lembro que vamos continuar lutando para que ela se estenda e leve os câmpus universitários para o interior do Estado, oferecendo mais oportunidade para a nossa juventude. Parabéns, Deputadas Luzia Ferreira e Liza Prado.

A Deputada Luzia Ferreira - Agradeço o aparte ao Deputado Elismar Prado. Quero aproveitar esses minutos finais para deixar registrado um grande abraço à minha querida cidade de Divinópolis, que comemora o seu centenário nessa sexta-feira, dia 1º de junho. É uma cidade jovem, de 1912, mas que nesse período se transformou em uma referência importante para o Estado de Minas Gerais. É a cidade-polo do Centro-Oeste mineiro e está entre as 10 maiores cidades do Estado, com 213 mil habitantes. Mas Divinópolis tem uma característica importante: já nasceu moderna. Portanto, tem um peso muito grande não só nas áreas de prestação de serviço e de comércio, mas também na área educacional e na saúde, Deputado Carlos Mosconi. Ela é a principal referência de atendimento à saúde da população de todo o Centro-Oeste mineiro, porque ali se concentram grandes hospitais, mesmo para tratamentos mais sofisticados, como o de câncer – que tem um hospital específico -, e laboratórios capazes de realizar exames mais complexos. Ela concentra também o atendimento à população do entorno, na área hospitalar e de consultas médicas especializadas; muitas são as pessoas que se dirigem a Divinópolis. Então, é um centro de atenção na área da saúde. Além disso, Divinópolis também tem várias faculdades. Aliás, hoje acolhemos com muito carinho um câmpus da Universidade Federal de São João del-Rei, o Dona Lindu.

Quero registrar ainda que Divinópolis passou pela metalurgia e siderurgia e é hoje um importante polo de confecção, principal atividade econômica da cidade em número de empregos, que gera muita renda.

Também temos uma atividade cultural muito rica. Faço aqui referência a Túlio Mourão, na música; a GTO, escultor reconhecido internacionalmente; e quem aqui não conhece e não leu obras de Adélia Prado, uma divinopolitana que quando começou a escrever já era uma mulher madura e hoje é referência na literatura nacional. Cresci em Divinópolis. Nasci na vizinha Perdígão, mas, para estudar, quando eu ainda criança me mudei para Divinópolis, onde me formei no ensino médio. Em seguida, vim para Belo Horizonte exatamente atrás do sonho de fazer faculdade, de ter um diploma universitário.

Então, fica aqui este registro, o registro do meu carinho e do reconhecimento dessa grande cidade do nosso Estado. Meus laços afetivos estão em Divinópolis, onde mora minha família: mãe, irmãos, sobrinhos e vários parentes. No dia 2, com a Festa do Divinopolitano Ausente, que acontecerá também dentro das comemorações do centenário, espero reencontrar minha geração, a geração que estudou no Colégio Estadual e que participava das nossas baladas, dos nossos bailes, das horas dançantes, das serenatas que existiam àquela época, Deputado Rogério Correia. Na época, ouvíamos serenatas. Tive o prazer de morar em uma cidade em que todos...

Antes de concluir, faço aqui esse registro carinhoso da cidade que me acolheu, onde cresci, onde estão meus laços familiares, minhas raízes, e onde iniciei, timidamente, minha militância política no Movimento Estudantil Secundarista, na União Estudantil de Divinópolis. Com muito carinho, meu abraço a todos os divinopolitanos e meu reconhecimento ao trabalho que vem realizando o nosso Prefeito Vladimir Azevedo, nosso amigo e companheiro, para que Divinópolis continue crescendo, incluindo as pessoas com cidadania. Muito obrigada.

Deputada Liza Prado, V. Exa. ficou muito bem na Mesa, como Presidente.

A Sra. Presidente - Obrigada, Deputada. Parabéns pelo seu trabalho, pela lembrança de um dia tão importante. Aproveito para cumprimentá-la pelo belíssimo trabalho que tem desenvolvido, inclusive na bancada feminina. Cumprimento também o Deputado Elismar Prado pelo trabalho na Comissão de Cultura.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi* - Cara Presidente, Deputada Liza Prado, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não sei se falo boa tarde ou boa noite, porque aqui está uma penumbra. Mas o som está bom. Cumprimento também os telespectadores da TV Assembleia.

Eu gostaria, cara Deputada Liza Prado, de aproveitar esta oportunidade e trazer notícias para Minas Gerais da caravana Assine Saúde, que tem percorrido o Estado de Minas Gerais e tem contado com uma participação muito ativa da população mineira. Estivemos em Poços de Caldas, Uberaba e Montes Claros. Primeiro, houve uma grande reunião aqui, em Belo Horizonte, no Plenário desta Casa. Mais caravanas serão feitas em outras cidades: em Itaúna, na próxima semana; depois, em Governador Valadares; em seguida, em Uberlândia, terra da Deputada Liza Prado; e depois em Juiz de Fora.

Quero ressaltar, cara Deputada Liza Prado, que os parlamentares estão todos envolvidos. Vejo o ânimo de todos. Nas cidades aonde fomos todos os Deputados desta Assembleia se envolveram, num movimento suprapartidário. Todos querendo colaborar, entendendo a dimensão desse projeto, dessa campanha e procurando também convencer ou motivar a população a fim de que a coleta de assinaturas seja realmente bastante expressiva e que possamos, dentro de algum tempo, levar a Brasília o resultado desse movimento em Minas.

Tenho tido contato com o Presidente da Associação Médica Brasileira, o médico Dr. Florentino, do Ceará, que me informava que Minas Gerais está puxando a fila. Então, onde a campanha é mais exitosa e onde o trabalho está sendo mais eficiente e efetivo é no Estado de Minas Gerais. Naturalmente outros Estados estão participando. Ele me deu notícia do Pará, do Ceará, do Mato Grosso e de São Paulo; Santa Catarina está entrando agora. A expectativa é que realmente consigamos um milhão e meio de assinaturas no mínimo, a fim de que o projeto venha a ser uma realidade e se transforme num resgate da Emenda nº 29, fazendo com que o governo federal cumpra também o seu papel, que não vem cumprindo, de colocar recurso do seu Orçamento da ordem de 10% para a melhoria das condições de saúde da população brasileira.

Quero também salientar, Sras. e Srs. Deputados, que várias cidades que não fazem parte e não estão escaladas para a ida da caravana estão já pleiteando e querendo participar, de uma forma ou de outra, tal como Pouso Alegre, representada pelo Vereador Teixeira; Nova Serrana, pelo Presidente da Câmara, Vereador Eusébio Rodrigues Lago; Conselheiro Lafaiete, com um trabalho muito grande, pelo Deputado Glaycon Franco; Araxá, que também já está escalada para um segundo tempo da nossa campanha, e o Deputado Bosco tem solicitado muito; Sobrália, pelo ex-Prefeito Roberto Moreira Rodrigues; Espera Feliz, pelo Vereador Cláudio Valentim; Divinópolis, pela Vereadora Doutora Heloísa Cerri; minha querida Andradas, com vários Vereadores envolvendo-se na questão, assim como o Prefeito Ademir dos Santos Perez; Itamoji, pelo Vereador Eurípedes Cardeal Dias; Visconde do Rio Branco, pelo Presidente da Câmara, Vereador Jayme Silva Filho; Patos de Minas, pelo Deputado Hely Tarquínio; e Ituiutaba, pelo Deputado Romel Anízio.

São inúmeras cidades, de todas as regiões de Minas Gerais, querendo participar. Pessoas estão buscando informações no meu gabinete e na Assembleia de como deverão proceder a fim de que possam também coletar essas assinaturas. O próprio Deputado Luiz Henrique também tem feito essa solicitação. Todos devem acessar o "site" da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ou a Diretoria de Comunicação Institucional da Assembleia para que possam receber as informações e os formulários. Depois deverão enviá-los para a Assembleia, à Diretoria de Comunicação Institucional, na Rua Rodrigues Caldas, 30, Santo Agostinho, CEP 30190-921, Belo Horizonte, Capital.

São essas informações que eu queria dar, caro Deputado João Leite e Deputado Luiz Henrique, a quem passarei a palavra. O "site" da Assembleia é www.almg.gov.br. É importante que todos saibam que poderão participar por meio desse contato conosco. Todo mundo reconhece a necessidade, caro Deputado Luiz Henrique, de aporte maior de recursos para a saúde. Além disso, que a falha nessa cadeia de aporte de recurso, infelizmente, é do governo federal, que, aliás, deveria providenciar um aporte muito maior, fazer a

sua parte e cumprir a sua obrigação. No entanto, infelizmente se ausenta dessa questão de querer melhorar a saúde da população brasileira.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Carlos Mosconi, inicialmente quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que vem desempenhando nesta Casa à frente da Comissão de Saúde. Remonto a minha memória aos idos de 2000, quando V. Exa., como Deputado Federal, criou o projeto de lei que gerou a Emenda nº 29, que hoje está regulamentada, mas de forma disforme, com os Estados aportando 12%, os Municípios 15% e a União não cumprindo os 10% como era previsto em sua proposta original.

Tenho acompanhado o trabalho de V. Exa., que idealizou agora um projeto de iniciativa popular no intuito de colher 1.500.000 assinaturas para que a União cumpra com os 10% de recurso para a saúde. Como é dito aos quatro cantos, sabemos que o Brasil investe muito pouco em saúde. Com esse aporte financeiro, haveremos de ver vingar a PEC 74, que tramita hoje na Câmara dos Deputados, de autoria de Ronaldo Caiado e Mendonça Prado - aliás, recebemos esses parlamentares na Comissão de Saúde -, que cria a carreira do cirurgião-dentista de Estado com recursos da União, bem como do médico de Estado. Vemos as dificuldades das Prefeituras em pagar médicos e dentistas no interior. A revisão na Emenda nº 29, com a contrapartida de 10% da União, poderia muito resolver esses problemas. Parabenizo-o pelo brilhante e incansável trabalho que vem desempenhando nesta Casa.

O Deputado Carlos Mosconi* - Fico muito grato, Deputado Luiz Henrique. Cumprimento V. Exa. também pelo trabalho que realizou nesses últimos dias defendendo a classe médica, que foi objeto de um projeto de lei que refazia ou reparava uma injustiça que vinha sendo cometida há muito tempo. Sou testemunha de que V. Exa. fez todo o esforço para incluir a sua categoria - os dentistas - que merece também o mesmo tratamento por parte do governo. De acordo com os nossos entendimentos, ela ficou para uma oportunidade posterior, mas não longínqua, dependendo do trabalho de V. Exa. e do nosso e da compreensão que todos teremos da importância da aprovação desse projeto.

Queria também dizer, caros Deputados Luiz Henrique, Glaycon Franco e Antonio Lerin - a propósito, Deputado Antonio Lerin, estivemos em Uberaba, sua terra, numa ótima reunião e foi um sucesso a ida da caravana -, que ontem o Presidente da Casa participou de um evento com as Igrejas Evangélicas, em Belo Horizonte, na parte da manhã. Não pude participar dessa reunião com as Igrejas porque estava numa audiência pública em Poços de Caldas com a Comissão de Cultura. Foi um evento extremamente concorrido e positivo porque todas as Igrejas Evangélicas - aliás, há vários Deputados aqui que se envolveram nessa questão - se prontificaram a fazer a coleta dessas assinaturas. O que significa um alento muito grande para esse projeto, essa campanha. Além do que, há aproximadamente dois meses, tivemos uma audiência com D. Valmor, que manifestou toda a disposição da CNBB, que adotou a saúde como fonte para o seu trabalho este ano. Aliás, estão extremamente conscientes da importância, gravidade e precariedade da saúde no nosso país. Ele aderiu à nossa campanha naquele momento sob o ponto de vista pessoal, manifestou a sua enorme simpatia pela causa e disse que oficializaria isso após uma reunião que teria com a CNBB nacional. Isso ocorreu agora e ele manifestou a decisão da CNBB nacional de participar ativamente dessa campanha, realizando-a nas igrejas de todo o Brasil. Assim como as Igrejas Evangélicas, a CNBB e a Igreja Católica participarão ativamente desse movimento. Isso nos dá praticamente a certeza do êxito desse trabalho.

Portanto, caros Deputados, é um alento para nós porque não tenho dúvida de que, com essa iniciativa, o Brasil poderá deixar esse lugar tão ruim que ocupa no "ranking" dos países que têm alguma posição em relação à saúde.

O Brasil se orgulha, se ufana de ser, hoje, a 6ª economia do mundo, porém ocupa a 76ª posição em gastos com a saúde. Vejam a diferença e a distância que há entre a 6ª economia do mundo e a 76ª posição em gastos com a saúde. Quase todos os países da América Latina superam o Brasil em gastos com a saúde. O Brasil só fica na frente de dois países, a Guatemala e El Salvador. Até mesmo o Haiti, considerado o país mais pobre da América Latina, tem gastos percentuais maiores que o Brasil em saúde. Não é possível que isso continue dessa maneira, não é possível continuarmos a ver, todos os dias, nos jornais, televisões e rádios de nosso país, que uma criança morreu, porque não houve atendimento, que uma pessoa deixou de ser atendida e morreu na maca e que um doente não pôde ser internado. O sofrimento é muito grande, e poderíamos evitar esse tipo de ação nefasta, cuidando melhor da saúde da nossa população.

Para terem ideia, a Argentina gasta US\$757,00 "per capita" com a sua população, e o Brasil, US\$385,00, ou seja, a metade do que a Argentina gasta. E esse país vive em crise há muito tempo, em dificuldade financeira a todo momento, enfrenta dificuldades de toda ordem. No Brasil, estamos com uma economia, entre aspas, "sem problema nenhum, com tudo caminhando muitíssimo bem". Somos a 6ª economia do mundo, mas vamos cuidar dos nossos filhos, dos brasileiros dessa maneira? É justo isso? Não é. Isso precisa mudar.

Eu disse que poderíamos ficar aqui chorando e lamentando, mas não. Tomamos iniciativa, a Associação Médica, a OAB, a Academia Nacional de Medicina e a Assembleia Legislativa. Tenho de louvar a nossa ação, que, por meio do nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, encabeçou esse movimento, em boa hora, com enorme sensibilidade, e com a adesão da Casa inteira, Deputada Liza, para que possamos, ainda este ano, levar um milhão e meio de assinaturas à Brasília, a fim de mudarmos isso e melhorar a saúde da população brasileira.

O Deputado Glaycon Franco (em aparte)* - Dr. Mosconi, o senhor é um exemplo para nós. Eu, que cheguei a esta Casa há pouco tempo, tenho o maior orgulho de poder fazer parte da Comissão de Saúde, mesmo como suplente, e ter o senhor como Presidente. Como muito bem disse o Deputado Luiz Henrique, V. Exa. é uma referência, não apenas como médico, quando teve essa oportunidade, mas também agora como legislador. O senhor é um orgulho, não apenas para mim, como também para toda a minha querida região do Alto Paraopeba.

Gostaria de trazer para o senhor informações, que são as mais alvissareiras possíveis. Não apenas Conselheiro Lafaiete, como todo o Alto Paraopeba e o Vale do Piranga abraçaram de pronto essa campanha. Aproveito a oportunidade para agradecer de público às paróquias, ao Pe. Zé Maria e ao Pe. Roberto, que, tão logo tomaram conhecimento da campanha, procuraram-nos. São pessoas formadoras de opinião em nossa cidade e região, que é, hoje, como costume dizer aqui, de extrema importância para o Estado de Minas Gerais. Tenho certeza, convicção de que, como o senhor expôs muito bem, Minas Gerais, mais uma vez, vai dar esse exemplo

de vanguarda, e certamente conseguiremos um milhão e meio de assinaturas só em Minas. Portanto, gostaria de agradecer a V. Exa. pelo trabalho que tem realizado não apenas para Minas, como também para o Brasil.

Quero também dizer que a nossa região está de braços dados com esse projeto, que iniciou, lá atrás, com o senhor, quando fez a PEC da Emenda nº 29, um exemplo de trabalho, principalmente na saúde. É um exemplo eficaz, que, com certeza, melhorará muito o problema da saúde no Brasil para toda a população carente. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Carlos Mosconi* - Meu caro Deputado Glaycon, V. Exa. é um Deputado recém-chegado, mas já mostra a sua atuação, o seu trabalho. V. Exa. é um Deputado empenhado nas boas causas, lutador, tem sensibilidade e demonstra, nesse pouco tempo, uma disposição muito grande para trabalhar. A sua região, a sua cidade está de parabéns pelo trabalho que V. Exa. desempenha aqui.

E dou meu testemunho, minha cara Deputada Liza Prado, de que a cidade do Deputado Glaycon Franco, apesar de a caravana ainda não ter ido a Conselheiro Lafaiete, é das mais operosas nessa campanha, graças ao trabalho dele, que se empenha, leva os "kits", procura e traz votos. Ficamos muito satisfeitos com sua presença aqui e com seu trabalho. Parabenizo V. Exa. É uma satisfação para nós trabalharmos juntos.

Deputada Liza Prado, vou encerrar minhas palavras, pois meu tempo já se esgotou. Quero apenas dar esta boa notícia a Minas Gerais: a campanha está sendo exitosa. Meu caro Deputado João Leite, tudo indica que dentro de um tempo, que espero que não seja longo, levaremos a Brasília esse um milhão e meio de assinaturas para esse projeto de iniciativa popular que, sem dúvida, mudará a qualidade da saúde da população brasileira. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Parabéns, Deputado Carlos Mosconi. Quero aproveitar o trabalho do Deputado, que tem sido brilhante à frente da Comissão de Saúde.

Ontem estivemos na igreja com o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, e com os Deputados Vanderlei Miranda e Carlos Henrique. Fiquei impressionada ao ver como as Igrejas Evangélicas realmente abraçaram a campanha. Tenho certeza de que a Igreja Católica e outras entidades também estão abraçando.

A Assembleia, mais uma vez, é vanguarda. Em Uberlândia, tanto o meu gabinete quanto o dos Deputados Weliton Prado e Elismar Prado estão percorrendo, todos os dias, um bairro da cidade. Criamos vários postos de coleta. Pode ter certeza de que a Assembleia, com todos os Deputados, com as outras entidades e com o trabalho brilhante do Presidente desta Casa e do Deputado Carlos Mosconi, conseguirá um milhão e meio de assinaturas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sra. Presidenta, Deputada Liza Prado, que também representa a mulher mineira, hoje presidindo esta sessão da Assembleia Legislativa, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, todos os presentes nesta reunião da Assembleia Legislativa, boa tarde.

Sra. Presidenta, estamos vindo de uma verdadeira maratona de discussões. Ouvimos muitas coisas impressionantes nesses dias. Ouvimos ataques fortíssimos e ferozes contra o governo de Minas. E apenas uma remexida nos dados do governo federal demonstra o equívoco da relação deste com os Estados e com os Municípios.

O Deputado Carlos Mosconi usou esta tribuna agora, e tenho sempre o cuidado de reverenciar o meu companheiro, que honra o meu partido. Foi ele quem instalou o SUS no Brasil. Ele é o "pai" da Emenda nº 29 e por ela vem lutando esses anos todos. Fez essa proposta quando era Deputado Federal.

Deputado Carlos Mosconi, imagine V. Exa. correndo Minas Gerais, buscando mais recursos para a saúde, colhendo assinaturas para melhora da saúde, e os dados mostrando que o governo federal investe mais em defesa do que em saúde e educação. Agora em 2012, dos projetos analisados, o maior montante de recursos aplicados pela União até agora foi de R\$464.000.000,00, destinados ao Projeto KCX do Ministério da Defesa, que desenvolverá cargueiro tático militar de 10t a 20t. A previsão é que o desembolso chegue a R\$744.000.000,00 no exercício de 2012. E não há dinheiro para a saúde, pois o investimento está em um cargueiro tático militar.

O que isso significa para o brasileiro, para esse que o senhor tem encontrado junto com a Deputada Liza Prado nessa verdadeira corrente do bem que está fazendo em Minas, percorrendo o Estado e colhendo assinaturas para termos mais recursos para a saúde? Enquanto isso, Deputado Carlos Mosconi, o governo federal gasta R\$744.000.000,00 num cargueiro tático militar. O programa de apoio e desenvolvimento da educação básica que pretende contribuir com instituições de ensino que possuam atividades nas áreas de educação infantil está esquecido. A saúde também está esquecida. O esgotamento sanitário em Municípios de até 50 mil habitantes está completamente abandonado.

Deputado Carlos Mosconi, V. Exa. é um herói, porque buscar recursos deste governo federal, deste governo do PT é difícil, porque a sua prioridade é cargueiro tático militar. O senhor tem de ser um homem de fé, Deputado Carlos Mosconi. Devemos fazer justiça a V. Exa., pois lidera a cruzada em favor da saúde não apenas em Minas Gerais, mas implantou o SUS neste país, é autor da Emenda nº 29 e, agora, faz essa cruzada em favor da saúde no nosso Estado, colhe assinaturas para buscar mais recursos para a saúde. Mas será difícil V. Exa. amolecer o coração deste governo petista, porque ele investe em cargueiro tático militar, talvez sensibilizado pela "cubanização", por Hugo Chaves vestido de farda à frente de um exército de Brancalione. Talvez seja isso que sensibiliza o governo federal: gastar R\$744.000.000,00 num cargueiro tático militar. É o fim da picada.

Com muito prazer, concedo aparte a esse bravo Deputado que nos conduz nessa cruzada santa de busca por recursos para a saúde. V. Exa. tem a palavra.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Caro Deputado João Leite, cumprimento V. Exa. e lhe agradeço, mas sou apenas um Deputado que trabalha. Gostaria até de trabalhar como V. Exa., pois trabalha muito, é um exemplo de coerência, destemor, presença, assiduidade e sensibilidade para todos nesta Casa. É uma satisfação termos V. Exa. como nosso companheiro.

Realmente, luto pela saúde, porque a vida e a política me levaram a isso. Sou médico e aprendi, no exercício da minha profissão, que a carência do povo na saúde é muito grande. E agora tem-se acentuado. O Brasil cresceu, a economia evoluiu, mas, infelizmente, esse setor não. Há certa incompreensão por parte do governo federal nessa questão. Lamento dizer isso, mas é a pura verdade. Como V. Exa. disse, não sei o que significa cargueiro tático móvel. Até gostaria de saber.



O Deputado João Leite* - Cargueiro tático militar.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Cargueiro tático militar. Não sei o que significa, mas depois V. Exa. me explica. Deve ser uma coisa do outro mundo para custar essa fortuna.

Vou explicar a V. Exa. o que acontece na saúde e por que fazemos essa luta. Primeiro, porque houve um tempo muito grande para regulamentar a Emenda nº 29. Mais de 10 anos se passaram. Quando ela foi regulamentada, seria uma vitória, mas acabou não sendo porque o que acontece com o governo federal? O governo federal tinha de colocar 10% porque houve algumas mudanças na emenda nesse período. Há um Senador, Tião Viana, do PT, que foi o grande batalhador pela causa dos 10% da União. No passado, os 10% tinham outra nomenclatura. O Senador Tião Viana resumiu tudo isso nos 10% da União. Veja, Deputado, o Senador é do PT, mas o governo cortou esses 10% e disse: “Eu tenho dinheiro, sou dono do campo, sou dono da bola, sou dono do uniforme e não vou colocar meus recursos nisso”.

O Deputado João Leite* - O Juiz é meu. Conversam com os Juizes antes do jogo.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Tudo é dele. O Juiz nem tanto, porque o atual Juiz, o Gilmar Mendes, disse que não aceita esse tipo de jogo que querem fazer. O Juiz até recuou.

Mas, então, estamos querendo recompor esses 10%. Quando é para fazer corte, a Oposição fala que o Estado cortou isso e aquilo. Não cortou nada. O Estado fez o TAG, mas colocou mais R\$400.000.000,00, dinheiro novo, na saúde. Fez o TAG na educação e colocou R\$320.000.000,00, dinheiro novo, na educação. E o que o governo federal fez? Aprovou a Lei Orçamentária no ano passado. E o que fez neste ano? Fez um corte de R\$50.000.000.000,00. Depois, o que mais cortaram? R\$5.500.000.000,00 na saúde. O que mais cortaram? R\$2.000.000.000,00 na educação. É o Orçamento do Estado de Minas Gerais.

No caso de Minas Gerais, existe uma discriminação na saúde. Minas é o 18º Estado da União a receber recurso fundo a fundo do governo federal. Queria saber qual é o critério, porque recebemos menos do que Estados mais ricos e menos do que Estados mais pobres. Ninguém nos explicou até hoje por que Minas Gerais é o 18º Estado a receber recursos fundo a fundo.

Estamos fazendo uma luta suprapartidária, que é de todos nós, para levar a Brasília, como foi levada a Lei da Ficha Limpa, para que o Congresso aprove e o governo não vete, uma lei que vise beneficiar a saúde da população brasileira. Portanto, cumprimento V. Exa. por trazer informações tão preciosas. Obrigado.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Mosconi, que traz uma ilustração real do que estamos vivendo. O governo do PT iniciou em 2003, e em 2004, investiram R\$1.337.000.000,00 na defesa, e R\$1.216.000.000,00 na saúde. Em 2007, investi R\$2.299.000.000,00 na defesa e R\$1.300.000.000,00 na saúde. Em 2009, investi R\$4.600.000.000,00 - quase R\$5.000.000.000,00 - na defesa e apenas R\$1.000.000.000,00 na saúde. Em 2010, investi R\$7.683.000.000,00 na defesa e R\$2.000.000.000,00 na saúde. Imaginem, quase R\$8.000.000.000,00 na defesa, mas R\$2.000.000.000,00 na saúde. Em 2011, investi R\$7.144.000.000,00 na defesa e R\$2.000.000.000,00 na saúde. Qual é a prioridade do governo do PT? Armas? Sem dúvida, isso é influência de Hugo Chávez e Fidel, eles querem desfilar de uniforme de Coronel: Cel. Chávez. Queremos descobrir o que seria esse cargueiro tático militar.

Com muito prazer, concedo aparte ao meu querido companheiro, Deputado Luiz Henrique.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado João Leite, parabeno-o pelo tema abordado. Estou sensível a isso e lutando pela coleta das assinaturas pró-regulamentação da Emenda nº 29, com os 10% da União.

Nesta semana, tive uma triste notícia. Não sei se V. Exa. conhece bem, mas a BR-367 corta nosso Vale do Jequitinhonha, começando em Gouveia, indo até Porto Seguro.

O Deputado João Leite* - Passando por Virgem da Lapa.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Sim, passando também por Araçuaí e Itaobim. Hoje, pela manhã, com muita luta, aprovamos investimentos do governo do Estado para dar prosseguimento ao Processo, agora com o nome de Caminhos de Minas, buscando a infraestrutura tão necessária para o crescimento do nosso Estado. Há pouco mais de 25 dias, o governo federal, enfim, lançou o edital da BR-367.

Ele foi fruto de uma frente parlamentar, criada nesta Casa, sob minha coordenação, com o apoio da Bancada do PT. Realizei uma reunião com o ex-Presidente Lula. Esse edital já publicado foi cancelado no início desta semana, Deputado João Leite. Não vemos seriedade no governo Dilma com Minas Gerais, principalmente com a região do Vale do Jequitinhonha, que represento nesta Casa. Isso é lamentável porque, durante a campanha da Dilma para Presidente, ela firmou compromisso com o povo da região. Aonde vamos chegar, Deputado João Leite? Fica a reflexão a respeito desse tema.

O Deputado João Leite* - V. Exa. ilustra bem o que estamos falando. Nosso Vale, nosso Norte de Minas, o caminho para o porto está abandonado pelo governo federal, como de resto Minas Gerais. A Presidente Dilma esteve aqui outro dia, mas se reuniu apenas em Betim, do governo PT. O maior investimento da história de Betim foi feito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é a Avenida Sanitária e o Riacho das Areias. É o maior investimento da história, num governo do PT. O Prefeito era Jesus Lima. O Prefeito dizendo “fora FHC”, e Fernando Henrique investindo recursos em Betim, que era governado pelo PT. Esse, sim, é um estadista.

Por fim, os números estão aqui. Queria registrar os impressionantes R\$89.000.000,00 do governo federal para comprar flores. O governo federal gastou R\$89.000.000,00 com compra de flores, de arranjos e plantas ornamentais. Foram comprados crisântemos, antúrios, azaleias, orquídeas com floração nova. É importante chamar a atenção para isso. São todas decorativas, plantadas de forma artística. Foram adquiridos vasos com rodinhas, de vidro, cerâmica e, em alguns casos, cerâmica chinesa, vime ou madeira. Também foram compradas composições de pequenas plantas ornamentais verdes, suculentas e outras, como samambaias, cactos sem espinhos, pimenteiras, minibromélias, que correm o risco de causar dengue. A bromélia tem possibilidade de juntar água. Gastaram R\$89.000.000,00 com flores.

Esse é o governo federal, o governo que virou as costas para Minas Gerais, mesmo tendo recebido os votos dos mineiros. Estão aí as nossas expectativas. O metrô está parado, da mesma forma que o Anel Rodoviário e a BR-381, no Norte. Agora o edital da BR-367

foi rasgado. A Presidente Dilma, o PT rasgou o edital da BR-367, o que é lamentável. O PT e a Presidente Dilma não gostam de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Presidente Liza Prado. É um prazer tê-la presidindo a reunião de hoje à tarde. V. Exa. é nossa Deputada guerreira do Triângulo Mineiro, da nossa querida Uberlândia. Queria aproveitar o momento para mandar um abraço aos nossos Deputados Federais petistas Gilmar Machado e Weliton Prado, que estão em Brasília e que prestam um grande trabalho. Ofereço também o meu cordial abraço ao Deputado Elismar Prado e ao Deputado Luiz Humberto, de Uberlândia, do nosso querido Triângulo Mineiro.

Deputada Liza Prado, pedi para fazer o encaminhamento desse projeto, relativo ao empréstimo do BNDES. Já dissemos isso aqui, mas o governo do Estado não conseguiu empréstimos de bancos internacionais. E não conseguiu porque a situação de Minas é ruim. O governo do PSDB, com o choque de gestão e com a falácia do déficit zero, quebrou Minas Gerais. Em outras palavras, Aécio quebrou Minas. Hoje todos nós já temos essa notícia, que era escondida a sete chaves. Minas Gerais era tida como o Estado onde tudo ia bem, o Estado das mil maravilhas, que Aécio havia transformado numa ilha imune a qualquer tipo de crise. De repente, Deputado Elismar Prado, Minas Gerais cai como um castelo de areia, e vamos descobrindo que não houve investimento por parte do PSDB, que o PSDB quebrou o Brasil com Fernando Henrique, depois Minas Gerais ficou quebrada com Aécio Neves e agora com o Prof. Anastasia. E eles não conseguem recursos internacionais de grande monta. Inicialmente pediram empréstimo a um banco no Japão, mas disseram que o "tsunami" os atrapalhou. Acho isso engraçado, mas acredite quem quiser. Há setores da mídia que acreditam nisso e publicam: "tsunami" atrapalhou empréstimo no Japão". Há pessoas que escrevem essa manchete no jornal, e ainda há Deputados que repetem isso: "Foi o 'tsunami' no Japão que atrapalhou o empréstimo". Só se for o "tsunami" das contas do Estado, que estão arrebentadas com o vendaval que se fez com o choque de gestão e com a falácia do déficit zero. Vejam bem, a quem o Estado de Minas Gerais vai recorrer para pedir o empréstimo? À União, à mãe Dilma. É óbvio que recorrerão a ela, que dizem que não investe aqui. Hoje li sobre o investimento da Dilma e, quando leio, vou comprovando tudo. Entretanto, parece que alguns ouvidos se fecham sem querer escutar. Até 2010, Deputado Elismar Prado, só o investimento no PAC do Presidente Lula foi R\$48.500.000.000,00 e, após 2010, foi projetado um investimento de R\$21.500.000.000,00. Então, serão R\$70.000.000.000,00 de investimentos, dos quais R\$48.500.000.000,00 já foram aplicados em infraestrutura. Citei aqui o valor de R\$1.200.000.000,00 que foi destinado ao Pronaf. Enfim, o governo de Minas Gerais recebe investimento para o nosso Estado da Presidenta Dilma, que, pelo fato de ser mineira e atleticana, tem um carinho especial com a nossa Minas Gerais. No entanto, o carinho que ela nos dispensa não é recíproco por parte dos setores essenciais do governo do Estado. Então, o Estado faz um empréstimo - é por isso que nos colocamos contrários a isso - e não aplica sequer o mínimo constitucional em saúde e educação. Era o que eu tentava dizer ao Mosconi, embora tenhamos um diferença de interpretação. O Estado não investe os 12% destinados à saúde desde 2003, Deputado Mosconi. Isso acumulou uma perda em torno de R\$7.000.000.000,00, sem se considerar a inflação. Por isso, o Senador Aécio Neves virou réu no processo da Dra. Josely, do Ministério Público, onde é cobrada uma dívida de R\$4.300.000.000,00 da área da saúde. O TAG, da forma como foi assinado, desrespeitando os 12%, tirará da saúde este ano a quantia de R\$700.000.000,00. Então, não é verdade que investimos mais agora na saúde. Estamos investindo é menos, porque o parâmetro que devemos seguir é a Constituição, e não, aquilo que o governo do Estado pensou um dia em investir. Deputada Liza Prado, o raciocínio não pode ser aquele que o PSDB faz em relação ao investimento na saúde. O parâmetro é a Constituição Federal, que estabelece 12%. Se não são investidos 12%, não estão cumprindo a Constituição. Agora, em Minas, haverá uma perda de R\$700.000.000,00 somente na saúde.

Meu prazo terminou, mas ainda farei o encaminhamento. Continuarei falando sobre a educação e mostrarei aos Deputados que, de 2003 a 2010, foram aplicados R\$15.000.000.000,00 a menos na saúde e na educação, desconsiderando o processo de inflação. Prosseguirei depois, quando tiver a oportunidade de fazer o encaminhamento de votação do projeto.

O Deputado Rogério Correia - Sra. Presidente, talvez eu não tenha sido tão veloz quanto a leitura de V. Exa., mas pedi para encaminhar a votação do projeto. Aliás, eu havia dito durante a discussão que iria encaminhar, porque não consegui terminar o meu raciocínio.

Não consegui ser tão claro quanto necessário no que se refere aos recursos da saúde pública. É preciso fazer esse debate de forma mais clara com o telespectador. O governo está pedindo dinheiro emprestado. Isso significa que, no futuro, pagará mais juros. Mas o que já paga hoje o impede de cumprir a lei. Qual lei? A Constituição Federal. Ele fez um TAG para não cumpri-la. O que determina esse termo? Em vez de investir 12% na saúde, investirá 9,6%, sendo que a média é 8%. Isso gerou uma defasagem de aproximadamente R\$7.000.000.000,00 na saúde pública em Minas Gerais, no governo do PSDB, de 2003 a 2010.

Nesse caso, os Deputados da área da saúde ligados ao PSDB e ao governo de Minas não reclamam. É como se esse dinheiro não fosse necessário aos hospitais. O curioso é que só faz falta nos hospitais o dinheiro federal. Já o dinheiro estadual, não. Quanto a esse, ninguém fala nada. Passa-se por cima, assina-se TAG, e assim vai.

Sabemos que foi um prejuízo de R\$7.000.000.000,00. Com o TAG, teremos mais R\$700.000.000,00 de prejuízo apenas neste ano. Qual é o truque que o governo sempre fez? Digo isso porque se trata de um truque orçamentário, mas de maneira alguma estou chamando o Governador de mágico. Falo de truque orçamentário. Qual é o truque que a Fazenda faz nessa questão orçamentária? Consideram que o recurso da Copasa é recurso próprio do orçamento do Estado, mas a Copasa é uma empresa e, por isso, não pode colocar seu recurso como se fosse recurso orçamentário.

Ora, Deputadas e Deputados, com esse truque e não havendo investimento, o recurso da educação em vez de ser 12% é, em média, 8%; e agora faz-se um acordo de 9,6%. Aí o Deputado governista e o próprio Tribunal de Contas dizem o seguinte: "Mas o recurso era 8% e agora será 9%. Então estamos colocando recurso novo." O raciocínio, Deputado Elismar Prado, passa a ser o erro dos 8% e não os 12%. Entendeu o truque? Veja bem, como sempre, a média foi 8%, e agora pagarão 9%, Deputado Sávio Souza Cruz. Alegam que agora estão colocando dinheiro a mais. Não é bem assim. Eles estão deixando de colocar menos que a obrigação, que são os 12%. Em

outras palavras, o que vale? A Constituição Federal ou a vontade imperial do PSDB e do Senador Aécio Neves? Essa é a questão a ser exposta aqui.

Esse truque existe na saúde, mas os Deputados ligados à saúde aqui não reclamam, não dizem nada. Como já disse, só faz falta o recurso do governo federal. Já o recurso do Estado pode ser usado sei lá onde, talvez para fazer “Brasilinha”. Esse recurso é para fazer farra, as farras eleitorais. Para isso serve. Agora, na educação, o truque se faz com os aposentados e pensionistas. Coisa que nenhum Prefeito pode fazer e que jamais foi feito em outro Estado. No entanto, aqui, os aposentados e pensionistas passam a fazer parte do custeio da educação, do desenvolvimento da educação. Em lugar algum do Brasil isso pode acontecer - e nem acontece. Em nenhum lugar a Prefeitura pode fazer isso. Isso também acarretou um prejuízo de cerca de R\$7.000.000.000,00 para a educação, de 2003 a 2010. E, este ano, serão mais R\$700.000.000,00.

Sendo assim, educação e saúde deixarão de ter R\$1.400.000.000,00 este ano. É isso que, infelizmente, está acontecendo em Minas Gerais. Essa situação tende a piorar, porque, quando chegarmos a 2015, esses bilhões que foram aprovados pela base do governo como empréstimo no final do ano passado e mais uns bilhões este ano - que somam R\$7.000.000.000,00 -, passarão a contar juros exatamente em 2015, no próximo governo, que terá ainda mais dificuldade para cumprir a Constituição Federal no tocante à educação e à saúde. O que fará se for um governo do PSDB? Outro TAG para fazer com que a educação e a saúde tenha prejuízo novamente? Ora, não posso votar em um projeto desse, sabendo que o governo deixará exatamente os dois setores fundamentais - educação e saúde pública - à mercê de interesses que não sejam os do povo mineiro mais sofrido e mais pobre.

Por tanto, Deputada Liza Prado, é por isso que fiz um encaminhamento contrário. Acho que, neste caso da Redação Final, podemos apurar os argumentos e demonstrar ao povo de Minas Gerais que o governo está novamente fazendo a mesma opção pelo prejuízo da educação e da saúde pública em nosso Estado. Encaminhei pela reprovação do projeto de lei com esses argumentos que aqui busquei rapidamente expor. Apenas gostaria de acrescentar um último argumento. Sabem a quem o recurso desse empréstimo será solicitado? Ao governo federal, aquele que, segundo o PSDB, não faz investimento em Minas. Já mostrei que são R\$70.000.000.000,00 só do PAC. Esse governo, que é o governo que atende Minas Gerais, que salva Minas Gerais, que faz o Brasil crescer, é exatamente o governo que os Deputados do PSDB e da base do governo Anastasia menosprezam e desprezam. Isso, no mínimo, é uma injustiça com a Presidenta Dilma. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sra. Presidente, Srs. Deputados, estamos agora no processo de votação da redação final do Projeto nº 3.060, que foi lamentavelmente aprovado por esta Casa em turno único, já que foi pedida urgência em sua tramitação por parte do Governador do Estado. Trata-se de uma autorização legislativa requerida a esta Casa pelo Governador para contrair, só nesse projeto cuja redação final começa a ser votada, cerca de R\$2.500.000.000,00, dos quais nenhum centavo sequer será pago durante este governo. O governo que endivida Minas não se dispõe a pagar a dívida que contrai. E não por outra razão solicita, no pedido de empréstimo, uma carência até o final deste governo. Programa, em outras palavras, o início do pagamento para o sucessor. Este, sim, precisará dar conta de fazer frente aos empréstimos ora contraídos. Já se inteiram R\$14.000.000.000,00 de autorização legislativa concedida por esta Casa desde 2003, início do primeiro governo Aécio Neves, para novas dívidas contraídas por Minas, que é hoje o Estado mais endividado do Brasil. A relação dívida-PIB de Minas Gerais é a mais dramática entre todos os Estados da Federação.

Queria lembrar que surgiu, nesta reunião de hoje, uma discussão curiosa que diz respeito à situação da saúde em nosso país. Sempre numa lógica maniqueísta, o governo, para justificar o que deixa de fazer, quer atribuir a responsabilidade, a culpa a terceiros. Agora Minas Gerais se mobiliza, liderada também por esta Assembleia, numa grande campanha popular para coletar assinaturas para instituir na Constituição Federal o mínimo de investimento em saúde na faixa de 10%, ao que somos favoráveis. Mas a Minas Gerais que se mobiliza toda para criar um mandamento constitucional de mínimo de investimento na saúde é a mesma que assiste calada, sem mover uma palha, ao sistemático, permanente, contínuo descumprimento de um dispositivo constitucional nessa mesma direção que já existe desde 2000 e que impõe aos Estados investimento mínimo de 12% em saúde. Chegamos a esta situação esquizofrênica: o Estado luta para criar um dispositivo constitucional, mas faz vistas grossas ao descumprimento de um dispositivo que já existe. Não se cumpre o mínimo em Minas Gerais e, para não dizê-lo, faz-se uma grande campanha para criar essa obrigação para outrem, para o governo federal. Não se informa aos mineiros - e aproveitamos esta tribuna para fazê-lo - que desde 2003, solenemente, o governo do PSDB não cumpre o mínimo constitucional estabelecido para investimento em saúde em Minas Gerais. Agora, além de descumprir, não quer pagar o preço pelo descumprimento da lei e quer celebrar um TAG com o “tribunal do faz de contas”, como se o Tribunal fosse hábil e competente para suspender a vigência da Constituição em Minas Gerais, até que S. Exa. o Governador Antonio Augusto Anastasia termine o seu mandato, dê lugar ao seu sucessor, quando, nos termos do TAG, a Constituição de Minas voltará a entrar em vigor. Ora, que autoridade tem um Estado que se mobiliza numa grande campanha contra a dívida, mas continua se endividando, dia após dia, todo dia um novo projeto, R\$14.000.000.000,00? Que autoridade tem esse Estado para cobrar um dispositivo constitucional do governo federal se ele descumprir o dispositivo constitucional que lhe é imposto no mínimo de investimento de 12% em saúde?

É essa a situação que vivemos em Minas Gerais. Não se cumpre o investimento em saúde, em educação, não há o mínimo de responsabilidade na área de segurança e se quer imputar a terceiros a responsabilidade do fracasso gerencial em que se transformou o governo do PSDB em Minas Gerais, por ter renunciado a ter um projeto de governo e ter como seu foco apenas um projeto eleitoral do Senador.

Termino o meu encaminhamento votando, coerentemente como votei no turno único, contrariamente à aprovação da redação desse projeto que endividará em mais R\$2.500.000.000,00 o já endividado, o já quebrado, o já combalido Estado de Minas Gerais, que foi dilapidado pela obsessão eleitoral do Senador Aécio Neves.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado, Presidenta Deputada Liza Prado. Gostaria, na mesma direção do Líder Deputado Rogério Correia e do Deputado Sávio Souza Cruz, encaminhar contrariamente também, entendendo que é prejudicial ao Estado toda essa falácia que escutamos aqui. O choque de gestão e o tão propagandeado déficit zero foram uma falácia. Se a dívida do Estado triplicou



nesse período, então não há que se falar em choque de gestão e em déficit zero. O Estado não assume a sua responsabilidade, o seu papel, a sua obrigação, que é cuidar das políticas públicas de desenvolvimento para Minas, e transfere tudo para o governo federal.

O governo do Estado não paga o piso salarial nacional da educação, que é uma lei federal pela qual lutamos tanto. Votamos contrariamente ao projeto que impôs a política remuneratória do subsídio, que congelou, tirou direitos dos trabalhadores da educação. Se ele não paga, põe a culpa no governo federal. Não cuida da segurança pública e também transfere a sua responsabilidade para o governo federal. Minas já cortou 20%, inclusive, do orçamento da segurança pública. Se não tem saúde, vai na mesma direção. Além disso, a planilha do orçamento da saúde é manipulada, sim. Os 12% não são aplicados. Não se podem incluir investimentos na área de saneamento básico, por exemplo, nessa planilha. Ora, todos sabemos que toda política voltada à melhora da qualidade de vida, seja no esporte, seja em moradia, seja em infraestrutura, seja em qualquer área, vai impactar, é claro, na melhora da qualidade de vida do cidadão e na melhora da sua saúde, mas isso não é investimento direto em saúde, não é aplicação direta.

Então, a planilha é, sim, manipulada. Queremos 12% na saúde. Concordamos com todo o movimento, com toda a discussão do pacto federativo, para que haja mais transferências do governo federal, mas nunca houve tantas transferências quanto no governo do Presidente Lula e agora no da Presidenta Dilma para Minas Gerais. Minas recebe, só no Triângulo Mineiro, de recursos do PAC, R\$1.600.000.000,00. Há expansão universitária e de cursos profissionalizantes. Aliás, em relação às escolas técnicas, em 1993 houve um decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso que acabou com o ensino técnico no Brasil. Foi necessário um operário, o Presidente Lula, chegar à Presidência para revogar esse decreto e novamente o Brasil passar a investir na expansão do ensino profissional. De lá para cá, são centenas de escolas e cursos. Temos o Pronatec, que está beneficiando muitos Estados, milhares de estudantes, Minas Gerais sobretudo.

Portanto encaminho contrariamente ao projeto. É um abuso. Somos contrários a isso.

Não teremos tempo de nos aprofundar, mas queria lembrar uma questão muito grave que diz respeito às contratações dos escritórios por parte da Cemig. Combatemos todo esse processo que, no nosso entendimento, apresentou indícios de irregularidades, que, ao final, foram sanadas, e os escritórios serão contratados, mas não para proteger os consumidores que têm ações contra a Cemig.

São mais de 30 mil ações ajuizadas por pessoas que perderam mercadorias, pequenos produtores que perderam sua produção no campo, comerciantes e outras pessoas que tiveram prejuízos com os constantes apagões que ocorrem por causa da precariedade do sistema de energia elétrica do Estado de Minas Gerais. Ou seja, são ações contra a Cemig para que ela melhore a qualidade do seu serviço, mas esses escritórios simplesmente vão ganhar um bônus, um prêmio, para atuar nessas ações reduzindo o valor das indenizações devidas aos consumidores, aos contribuintes. Isso é um absurdo, notadamente se pensarmos no que o governo paga para a Cemig a título de juros e que não se compara com o que prevê a política nacional de juros. É um verdadeiro abuso contra o consumidor.

Precisamos sanar essas questões para que o nosso Estado tenha condições de investir em políticas públicas. Aliás, os Deputados Weliton Prado e Gilmar Machado participaram de uma audiência pública com o Governador Anastasia, em Brasília, na busca de soluções para a renegociação da dívida. A propósito, é bom lembrar que essa dívida foi fruto da pior negociação de toda a história de Minas. À época, o Presidente da Câmara dos Deputados era Aécio Neves; o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; e o Governador de Minas, Eduardo Azeredo. Portanto as coisas estavam nas mãos do PSDB quando essa dívida foi contraída. Essa é sua origem; ou seja, não venham fazer essa discussão política, porque sabemos muito bem onde nasceu essa dívida, que até hoje o povo de Minas Gerais está pagando, sendo penalizado por esse processo. Foi uma calamidade que aconteceu naquela época, e isso precisa ser dito para que a verdade seja resgatada. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputada Liza Prado. Segundo o governo, esse empréstimo com o BID justifica-se principalmente pelas questões de segurança pública. Em primeiro lugar, não é um empréstimo dessa monta que vai resolver o problema da segurança pública neste Estado. A segurança pública vai mal em Minas, que ostenta agora o recorde negativo da quantidade de homicídios, especialmente entre jovens. Já perdemos do Rio e de São Paulo. Do ponto de vista percentual, o crescimento do número de homicídios em Minas está maior que o de São Paulo e o do Rio de Janeiro, onde, aliás, esses números têm decrescido.

Os mais desavisados poderiam argumentar que, portanto, seria bom pegar mais dinheiro emprestado para investir na segurança pública. Claro que não! Como eu já disse, esse dinheiro emprestado fará falta à saúde e à educação pública, porque os juros a serem pagos por esse empréstimo serão tirados exatamente dessas rubricas. Aliás, é assim que o governo do Estado tem agido em relação a essas duas questões essenciais para o povo. No caso da educação, se não tivermos acesso a uma educação de qualidade, como todos dizem durante as campanhas eleitorais, será grande o prejuízo para a segurança pública. Então deixar de investir na educação para pagar juros de dívida nunca é a solução.

Mas também quero abordar o assunto de um outro ângulo. Esse dinheiro é solicitado ao Banco Interamericano - BID. Isso me lembra, Deputada Liza Prado, os tempos de FHC e o FMI. Àquela época, o Brasil, por seu Presidente, Fernando Henrique Cardoso - que fez tantas dívidas externas -, sempre agia com esse e outros bancos orientado e tutelado pelo Fundo Monetário Internacional.

Então o Brasil foi, naquele período, endividando-se. Buscava recursos internacionais para fazer algum tipo de obra faraônica. Não se fazia o País ter um plano de desenvolvimento real do Estado brasileiro, e, endividado, o Brasil vendia suas empresas estatais. Foi a década perdida do neoliberalismo, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua aliança, especialmente entre o PSDB e o DEM, que levaram o Brasil. Portanto é uma experiência negativa. Aprofundou-se a miséria do País, que foi sendo vendido.

Essa experiência negativa tem uma semelhança muito grande com o que faz hoje o governo do PSDB em Minas Gerais, nesses anos de Aécio Neves e Antonio Anastasia. Também agora, um pressuposto principal é o de fazer empréstimo, endividar, e, a partir da dívida, tentar vender ações da Cemig, da Copasa. O problema é que não há mais, em Minas Gerais, o que vender; nem os tempos são mais os de privatizações. Então não resta alternativa ao governo senão continuar se endividando nesse tipo de projeto político. O problema é que, para pagar esse endividamento, há que se fazer corte, e aí entra o malfadado Choque de Gestão. Corte na educação,



cutte na saúde, essa é a predileção do governo. Por isso a dívida com educação e saúde, no governo do PSDB, alcançou até 2010, como já disse repetidas vezes, R\$15.000.000.000,00, desconsiderando-se o processo inflacionário. E teremos, Deputadas e Deputados, senhoras e senhores, uma dívida a se prolongar ainda mais com o setor social de educação e saúde, este ano, de R\$1.400.000.000,00. Então esses empréstimos servirão para que o governo continue a sua opção de tratar a educação e a saúde não como prioridade, mas ao contrário, nem sequer respeitando aquilo que os constituintes, em 1988, colocaram como taxativamente obrigatório, a questão do mínimo percentual a ser gasto.

Nesse sentido, não posso deixar de, mais uma vez, pedir a votação contrária a esses empréstimos, porque eles são lesivos ao sistema educacional e ao sistema de saúde pública em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sra. Presidente, pedi para discutir, mas solicito a V. Exa. fazer o encaminhamento depois, porque sei que o tempo é curto e já posso me inscrever para o encaminhamento do projeto. Quero fazer a discussão do projeto agora para contrapor algumas questões que ainda considero estarem dúbias e, no meu entender, precisam de esclarecimentos.

Trata-se da relação do governo federal com Minas Gerais. O que tem isso a ver com o empréstimo? Muito, porque não seria necessário - se a opção do governo, em Minas, fosse de parceria com o governo federal -, a cada ano, pedir dinheiro emprestado. Isso tem uma lógica política, que o Deputado Sávio Souza Cruz vem denunciando aqui há muito tempo. É a lógica de tratar o governo de Minas como trampolim e como aparelho para a campanha presidencial do Senador Aécio Neves.

Portanto é necessário que haja uma beligerância entre o governo de Minas e o governo federal, a fim de tentar mostrar, utilizando-se, evidentemente, do silêncio de grande parte da imprensa, que Minas Gerais não tem investimentos do governo federal. Ao dizer isso, procura-se atacar o governo federal e dizer que a única salvação que se tem é Aécio Neves. Esse é o plano mirabolante.

É claro que isso não dá certo, porque parte da tese do “quanto pior melhor”; ou seja, o governo de Minas quer alardear, e a campanha “aecista” seria isso - “quanto pior melhor”. E havendo uma crise, um problema geral, apareceria um salvador. Isso nunca deu muito certo. As vezes em que deu certo, como na época de Collor de Mello, levou ao “impeachment”, porque salvador da pátria é algo difícil de acontecer se não houver de fato um projeto político. Não existe salvador da pátria, existe um projeto político-econômico-social a ser encaminhado, com partidos políticos. Portanto essa tese de dizer que não há investimentos em Minas Gerais por parte do governo federal é também uma falácia. Alguns setores da mídia mineira compram essa ideia, ou vendem essa ideia, depende do ângulo em que fizermos a análise. Ou compram ou vendem a ideia. A maioria vende a ideia de que aqui não há investimento. O governo do Estado precisa dessa beligerância como instrumento político para tentar alçar uma candidatura que seria até legítima - ou é legítima do ponto de vista partidário -; mas não é legítima a utilização do governo do Estado enquanto aparato, enquanto instrumento, para objetivar isso.

Esses dados, alguns - conforme já levantei aqui - jogam por água abaixo; e também essa tese, colocam-na subjugada, não lhe dão guarida existencial, não lhe dão credibilidade. Basta um olhar um pouco atento para empreendimentos exclusivamente feitos em Minas Gerais. Atenho-me, por exemplo, aos empreendimentos exclusivos para Minas Gerais em infraestrutura logística, que, Deputados e Deputadas, telespectadores que me acompanham, são fundamentalmente, neste caso, rodovias. O governo federal fez um investimento de R\$4.719.000.000,00, antes de 2010, em obras rodoviárias, que já estão concluídas. Isso inclui também obras no Aeroporto de Confins.

Por exemplo, na rodovia 040, foram feitos viadutos e pavimentação. O Deputado Bosco reclama que a estrada até Araxá está perigosa agora porque, muito bem asfaltada, foi toda reformada, e se anda bem na estrada, mas há o excesso de velocidade. Nesse caso há que se consertarem também os problemas de imprudência, de alcoolismo. Isso tudo dá prejuízo. Essas estradas tiveram investimentos na ordem de R\$4.719.000.000,00 até 2010. A rodovia 146, a rodovia 251, a rodovia 364, no Triângulo, em Campina Verde; a rodovia 365-050, o Anel de Uberlândia - só ali foram R\$7.500.000,00 -, a duplicação da 050, a duplicação da 262, a duplicação da 040 no trevo de Curvelo, a duplicação da 040 no trecho posterior a Curvelo, a duplicação da 040 no subtrecho de Uberaba e a adequação da rodovia 135, daqui a Montes Claros, que aliás virou um tapete, e na época do Fernando Henrique era apenas buraco; e a construção de rodovias, como a 135, na pavimentação para Itacarambi, na divisa da Bahia, conquista pela qual o Deputado Paulo Guedes fez muito esforço. Esses são alguns trechos de rodovias que consegui citar nesse tempo.

Termino o meu encaminhamento desse projeto mostrando que não há necessidade, portanto, a cada ano, Deputados e Deputadas, do governo pensar apenas em empréstimo, e fazer com que o Estado fique encalacrado, quebrado. Como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, Aécio quebrou Minas, e continua pegando dinheiro emprestado para quebrar Minas mais ainda. Estou querendo mostrar que há outra alternativa. A boa convivência e o diálogo com o governo federal são caminhos muito melhores do que os apontados até agora pelo governo de Minas, de quebradeira, que depois trarão prejuízo, como eu já disse, na saúde e na educação. Então queria encaminhar contrariamente.

O Deputado Rogério Correia - Quero apenas terminar minha fala mostrando esses dados do governo federal, até para que as pessoas saibam desse investimento. Citei diversas rodovias, mas ainda havia outras importantes em fase de estudos e projetos, como a duplicação do trecho de Ravena a Betim, o trecho de Valadares, da Rodovia 381, cuja duplicação já estamos fazendo, assim como vários outros trechos.

Há também projetos fundamentais no PAC para a Rodovia 381 e para o Anel Rodoviário. Setores da Assembleia Legislativa só enxergam o Anel Rodoviário e a Rodovia 381 como rodovias que existem em Minas Gerais e talvez por isso não saibam dos benefícios. Minas Gerais felizmente está com uma malha rodoviária... Retirando alguns aspectos da Rodovia 381, da BR-040 e do próprio Anel Rodoviário, em que há necessidade de obras... É verdade que o DNIT está muito moroso. Isso precisa ser dito, mas há, evidentemente, investimentos. Ou aceitamos isso como realidade ou propalaremos inverdades sobre os investimentos que são feitos em Minas.

Fiz questão de levantar alguns outros investimentos, além dos rodoviários, como a expansão da Rede Federal de Ensino Superior. Ainda há problemas, pois professores estão em greve; a questão salarial não foi resolvida. Para se ter uma ideia, em Minas Gerais, foram criadas 15 universidades, entre novas ampliações, pelo governo do Presidente Lula contra zero do Presidente Fernando



Henrique Cardoso. Além disso, até 2010 foram beneficiados 94.286 estudantes com bolsas do ProUni, que é um dos melhores programas de divisão de renda, já que põe negros, pobres e alunos de escola pública nas universidades. Esse é um programa fantástico. Em Minas Gerais, quase 100 mil estudantes já adquiriram a bolsa.

O Pronaf é um projeto que ajudei a construir aqui no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na safra do ano passado, obtivemos R\$1.200.000.000,00 para os pequenos produtores, agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Eles foram ao banco e tiveram o acesso aos recursos - aliás, com juros completamente subsidiados e negativos. Neste ano, a expectativa é que Minas Gerais receba R\$1.500.000.000,00, apesar de não haver ajuda técnica do governo do Estado para fazer com que o Pronaf tenha uma assessoria melhor que a que tem atualmente. Temos quase R\$1.100.000.000,00 no Bolsa Família, que também é para os mais pobres em Minas Gerais. Tudo são investimentos do governo federal em Minas. Então, dizer que eles não existem não condiz com a verdade.

Queria também falar sobre os investimentos mais pesados em infraestrutura energética e combustíveis renováveis. Nesse caso, o recurso foi bastante expressivo para Minas Gerais. Talvez este seja o Estado que recebeu mais recursos. Até 2010, o montante ultrapassou a ordem de R\$46.000.000.000,00. Aliás, a projeção é de R\$70.000.000.000,00. Então, são recursos que o governo federal tem destinado a Minas Gerais. Esse caminho que o Brasil escolheu para crescer é mais salutar do que aquele antigo, qual seja o de fazer as dívidas junto ao FMI com juros exorbitantes e ficar devendo ao chamado Consenso de Washington. Deputados, Deputadas e telespectadores, o fundamento agora é outro, ou seja, de desenvolvimento do Brasil com divisão de renda, propiciando ao nosso país um crescimento sustentável.

Finalizo minha fala lamentando, mais uma vez, o fato de Minas Gerais ter recebido hoje outro título de recorde negativo, referente ao desmatamento da mata atlântica. Aliás, 50% da mata atlântica desmatada no Brasil ficam em Minas Gerais. Este é o terceiro ano consecutivo em que o nosso Estado emplaca esse recorde negativo na área ambiental. Tenho um projeto de lei sobre questões ambientais do cerrado. Depois, queria discuti-lo até para que o desmatamento e a devastação do cerrado não tenham a mesma velocidade que está tendo a devastação da mata atlântica. Então, esses são os motivos que, mais uma vez, queria citar de maneira coerente.

Não é preciso que o governo se endivida, que deixe de aplicar recursos na educação e na saúde, Deputado Adalclever, que deixe uma professora sem merendar, que deixe uma professora em salas multisseriadas, que deixe uma professora sem substituto, que deixe uma professora abandonada. Então, neste caso, Deputada Liza Prado, faço esse encaminhamento de votação, para demonstrar que existe outra opção para não deixar a saúde pública prejudicada, sem novos hospitais, sem rede de saúde e, fundamentalmente, com os Prefeitos agoniados. Visite um Prefeito e verá que ele reclama. O Deputado Adalclever fará encaminhamento do projeto. Gostaria, Deputado Adalclever, que V. Exa. abordasse em seu encaminhamento o fato de que os Prefeitos estão apavorados, porque têm de investir na educação e na saúde o que o governo do Estado não investe. Quando pegam mais dinheiro emprestado, mais juros terão de ser pagos e menos dinheiro será aplicado na educação e na saúde. Então, esse empréstimo vai afetar também os Prefeitos. Muito obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes* - Com esse projeto do empréstimo, deveriam aproveitar o fato de que o governo agora está com muito dinheiro, pois pegou muito dinheiro emprestado, e ter dó das professoras, deixá-las merendar nas salas de aula e melhorar a segurança pública.

A segurança pública na Savassi, Deputado João Leite, está um absurdo. Moro na Savassi e lá as pessoas estão com medo de sair de casa, porque a segurança pública acabou. Então deveriam aproveitar o empréstimo para regularizar também a situação das professoras. Deixem a professora merendar, coitadas, para não precisarmos fazer a campanha Alimento seu Mestre. Então, com o Deputado Rogério Correia, gostaria de fazer o mesmo encaminhamento. Já que as nossas próximas gerações vão ficar endividadas, deveriam aproveitar e melhorar também a segurança pública e a educação, deixando as coitadas das professoras se alimentarem nas salas de aula. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/6/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão

exonerando José Arnaldo Vasconcelos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dilzon Melo

exonerando Clovis Araujo Dias Milêu do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando Diego Campos Borges do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;

exonerando José Wilson Coutinho do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando Diego Campos Borges para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando João Vítor da Silva Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando José Arnaldo Vasconcelos para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.



Gabinete do Deputado Fred Costa

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 4/6/2012, que nomeou Izabella Madureira Simões para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 4/6/2012, que nomeou Joana Darque de Magalhães Horta para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

exonerando Pedro Celestino do Nascimento do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Joana Darque de Magalhães Horta para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

nomeando Pedro Celestino do Nascimento para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Inácio Franco

exonerando Ambrosina Manoelita Vilela de Melo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

exonerando José Américo Buti do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando Stéphanie de Abreu Argemiro Saff Rodrigues de Oliveira do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Joselyse de Abreu Argemiro para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Guedes

exonerando Gilza Andrea Soares Barros e Carvalho do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Jáder Cordoval de Barros do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando Lindomar Correia da Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Maria Cecília Ferreira Delfino do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

exonerando Teanyne Lopes Viana Gonzaga do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Gilza Andrea Soares Barros e Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Jáder Cordoval de Barros para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Karla Soares Cordeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Ricardo Augusto da Costa Campos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Soraya Rachel Rodrigues Teixeira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ulysses Gomes

exonerando Soraya Rachel Rodrigues Teixeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Jairo Saraiva Moreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Nos termos das Resoluções n°s 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa n°s 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Cesar de Tarso Gomes Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

exonerando Cleuza Maria de Carvalho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Lúcio Flávio Batista Faria do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Procópio Celso de Freitas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Alexandre Aparecido de Souza para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Carlos Eduardo da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

nomeando Felipe Carvalho Rodrigues para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Maria José de Campos Freitas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução n° 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis n°s 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução n° 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Ricardo Augusto da Costa Campos do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando José Wilson Coutinho para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Teanyne Lopes Viana Gonzaga para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 046/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar às 10h30min do dia 20/6/2012, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de módulos de teclas (“key module”).

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de junho de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Dias Distribuidora de Livros Ltda. Objeto: fornecimento de livros à Biblioteca Deputado Camilo Prates. Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura, inclusive. Licitação: Pregão Eletrônico nº 10/2012. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.4.4.90-10.1.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 5/6/2012, na pág. 28, sob o título "Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso", onde se lê:

“Ana Carolina Faria Quintão”, leia-se:

“Ana Carolina Faria Quintão Rezende”.